

Nº 16 - 14.7.77

10\$00

D.E.J.



MES

CONCLUSÕES
da

IIª CONFERÊNCIA
NACIONAL



**ESTUDANTES
PELO
COMUNISMO**

INDICE

NOTA PRÉVIA

INTRODUÇÃO - O MES DEPOSITÁRIO DE LARGOS ANOS DE LUTA ESTUDANTIL

1ª PARTE - A ESCOLA E O CAPITAL

A - A ESCOLA CAPITALISTA

B - ~~BRIFE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS APARELHOS ESCOLARES EM PORTUGAL~~

2ª PARTE - OS NOSSOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A - A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE COMUNISTA

B - A ESCOLA NA FASE DE TRANSIÇÃO

3ª PARTE - OS NOSSOS OBJECTIVOS TÁCTICOS CENTRAIS

A - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO GRUPO ESTUDANTIL

B - O COMBATE ESTUDANTIL E A SOCIEDADE CAPITALISTA

C - A EVOLUÇÃO DO ME EM PORTUGAL DO 25 DE ABRIL AO 25 DE NOVEMBRO E OS NOSSOS OBJECTIVOS DE LUTA NA FASE DE RESISTÊNCIA POPULAR

4ª PARTE - A SITUAÇÃO ACTUAL

A - A POLÍTICA DO GOVERNO PS

B - BALANÇO DA OPOSIÇÃO AO PROJECTO CARDIA

C - RELAÇÃO DE FORÇAS NAS ESCOLAS

D - CRÍTICA ÀS CONCEPÇÕES E PRÁTICA DA UEC E DA UEDP/UJCR

5ª PARTE - O NOSSO PROGRAMA IMEDIATO DE LUTA

A - O NOSSO PROGRAMA PARA A CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

B - O NOSSO PROGRAMA PARA O TRABALHO DE MASSAS

C - OS INSTRUMENTOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS PARA CONCRETIZAR O NOSSO PROGRAMA

OS REQUISITOS DE LARGOS E ANOS DE EXPERIÊNCIA

1. O presente trabalho tem por objetivo analisar os requisitos de longos anos de experiência exigidos em processos de seleção pública para cargos de nível superior de ensino superior, com ênfase na área de Direito.

2. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar os requisitos de longos anos de experiência exigidos em processos de seleção pública para cargos de nível superior de ensino superior, com ênfase na área de Direito.

De acordo com a legislação em vigor, os requisitos de longos anos de experiência são exigidos para a contratação de professores de nível superior de ensino superior, com ênfase na área de Direito. A exigência de longos anos de experiência é justificada pela necessidade de garantir a qualidade do ensino superior, através da contratação de profissionais com ampla experiência profissional e acadêmica.

A exigência de longos anos de experiência é justificada pela necessidade de garantir a qualidade do ensino superior, através da contratação de profissionais com ampla experiência profissional e acadêmica.

A exigência de longos anos de experiência é justificada pela necessidade de garantir a qualidade do ensino superior, através da contratação de profissionais com ampla experiência profissional e acadêmica.

O MES DEPOSITÁRIO DE LARGOS ANOS DE LUTAS ESTUDANTIS

1. O Movimento estudantil em Portugal tem uma longa e preciosa história de luta. Aliado da classe operária, parte integrante do movimento popular, a luta estudantil desempenhou um papel de grande relevo nos combates anti-fascistas, anti-imperialistas e anti-capitalistas do nosso povo.

O MES orgulha-se de ser portador da grande combatividade das jornadas anti-fascistas de 62 e 65.

O MES orgulha-se de ter como militantes, camaradas que estiveram à cabeça da crise estudantil de Coimbra 69 e dos anos seguintes em Lisboa; lutas de grande envergadura política, que subverteram o papel tradicional das escolas introduzindo nelas a luta operária e a guerra colonial; lutas que abalaram profundamente a unidade política e ideológica da burguesia, ultrapassando a direcção revisionista e engrossando a corrente revolucionária.

O MES orgulha-se de, ao longo destes últimos quatro anos ter participado decisivamente na direcção, organização e luta dos estudantes, contra o fascismo e a guerra colonial numa fase, pelo aprofundamento das conquistas democráticas e revolucionárias pós-25 de Abril e, finalmente, na Resistência Popular à RECONVERSÃO CAPITALISTA das escolas conduzida pelo Ministério Cardia.

2. Estes últimos quatro anos foram precisamente anos em que pesadas páginas da história do povo português foram passadas. Anos breves em que a estrutura política, económica e social e o papel do movimento estudantil sofreram profundas mutações. Nessas mutações bruscas da luta de classes e no rumo histórico do nosso País e na ausência de um Partido Revolucionário da Classe Operária capaz de dirigir com êxito o processo revolucionário, várias vezes as forças revolucionárias sofreram fortemente os embates da contra-revolução, soçobraram à influência do revisionismo e noutras se colocaram também destacadamente na vanguarda política. Tal aconteceu no 25 de Novembro e nas eleições para as autarquias, mas sucedeu igualmente no Documento-Guia Povo/MFA, nos SUV, na FUR, no Documento COPCON, na I Assembleia Popular Local (Pontinha) e em geral, se bem que limitadamente, nas fábricas sob controle operário, em importantes zonas da Reforma Agrária, na luta dos Bairros Pobres e Degradados e no Movimento Estudantil-aprofundando a gestão democrática.

3. A esta trajectória sucede-se outra mais dura após o golpe reaccionário do 25 de Novembro. O momento histórico que vivemos é difícil para uma alternativa revolucionária. É uma fase de ofensiva económica e política do grande capital e, em particular do imperialismo^{em} que o movimento popular ensaia ainda as formas de Resistência Popular Activa.

As forças progressistas e revolucionárias e, em particular o MES, que ergueram das cinzas do fascismo, as bases para a construção de uma escola nova, virada para a vida e a luta do nosso povo, ganharam uma responsabilidade que lhes impõe a definição de uma linha táctica clara para esta nova realidade, num momento em que todos os reaccionários têm os olhos postos na destruição dessas conquistas e em ganhar para si a enorme força da nossa juventude! Tal o exigem as centenas de combatentes que ergueram a gestão democrática, o saneamento dos fascistas, e os novos conteúdos e métodos de ensino; tal o exigem igualmente os milhares e milhares de estudantes que conosco lutaram e lutam contra as medidas reaccionárias de Cardia. Disso depende a manutenção da democracia nas escolas. Disso depende também o próprio futuro do ME e do MA como importante força do campo popular!

1.º PARTE

1.ª PARTE

A ESCOLA
E O CAPITAL

A. A ESCOLA CAPITALISTA

A - COMO "NASCE" A ESCOLA CAPITALISTA

4. O trabalhador não emprega no acto de produção apenas a sua força física. Ele aplica conhecimentos que demoraram certo tempo a adquirir. A reprodução da força de trabalho tem, pois, de incluir a transmissão dos conhecimentos e técnicas que a qualificam. Nos períodos históricos em que o processo técnico da produção era rudimentar, essa transmissão era feita no próprio processo de produção: o artesão ensinava ao aprendiz os "segredos" do seu ofício. Mas conforme foi crescendo a complexidade das operações produtivas, dos equipamentos empregues, e à medida que se consumava a separação entre os produtores e os meios de produção, tornou-se impossível, pela divisão do trabalho imposta e pelas necessidades de controle ideológico pela burguesia, que essa transmissão de saber se fizesse no local de produção.

Este facto veio a ser progressivamente agravado à medida que o processo produtivo requeria maior qualificação profissional e à medida que algum saber cultural se tornava necessário à expansão do consumo e da dominação ideológica sobre as massas.

Não podendo os capitalistas individuais suportar tal tarefa, cada vez mais o Estado Burguês as foi organizando.

5. Assim nasceu a escola como ela é hoje entendida: como instituição colocada fora do processo produtivo, especializada na missão de preparar jovens para desempenharem no futuro, o lugar na produção social. Produto, pois, da sociedade burguesa ela acompanhou sempre o seu desenvolvimento com essa função específica: assegurar a reprodução da força de trabalho tal como foi sendo exigida, em cada momento, pelo patronato, de forma a desenvolver o processo de exploração capitalista.

É esta a razão porque se vêem os aparelhos escolares separarem-se, ampliarem-se, adquirirem uma espécie de autonomia e tornarem-se uma formidável máquina à medida que o Modo de Produção Capitalista se torna dominante e que crescem as exigências do desenvolvimento das forças produtivas.

B - A "IDEIA" QUE A BURGUESIA DÁ DA ESCOLA CAPITALISTA

6. Todo este processo de crescimento dos aparelhos escolares é sistematicamente mascarado pela ideologia burguesa.

Por um lado ele é apresentado sob um misto de humanitarismo e progressismo, sob uma espécie de "conquista popular". Ora isso é ilusório e falso. O que determina verdadeiramente essa expansão não é a boa vontade da classe dominante, mas sim as suas necessidades económicas e políticas.

Do ponto de vista económico: é preciso que um certo "saber-fazer" seja difundido de um modo massivo e não seja reserva de uma pequena minoria; se o continuasse a ser o alargamento, a base cada vez mais vasta da reprodução alargada do capital, tornar-se-ia impossível.

Do ponto de vista político: a grande burguesia utiliza a escola, através do mito da promoção social pelo "canudo" para selar alianças e ganhar para o seu projecto global, as camadas oscilantes da pequena burguesia.

7. Por outro, toda a ideologia da escola é tendente a apresentá-la como um longo caminho a percorrer desde a "infantil" à Universidade, em que apesar da diversidade dos seus órgãos, todas as peças estariam ligadas para um único fim - a FORMAÇÃO, o SABER, a CULTURA: Esta interpretação é também ela, falsa e mistificadora.

C - AS VERDADEIRAS FUNÇÕES DA ESCOLA CAPITALISTA

8. Na realidade a escola é composta por vários aparelhos escolares que têm um fim próprio inseparável das necessidades do capital aos seus diversos níveis.

- a) O aparelho primário (recentemente alargado ao ciclo preparatório) - destina-se a preparar a força de trabalho operária pouco ou medianamente qualificada;
- b) O aparelho secundário (técnico e liceal) tem como funções formar:
 - operários qualificados (especializados) e os funcionários susceptíveis de irem a preencher certas funções de enquadramento médio;
 - a pequena burguesia dos serviços;
- c) Os aparelhos médio e superior: destinam-se a formar e reproduzir os quadros da economia e do Estado capitalista.

O próprio aparelho superior se subdivide consoante o tipo de necessidades específicas da burguesia:

- no campo da tecnologia (engenheiros, químicos, físicos, matemáticos);
- no campo das relações de trabalho (serviço social, psicólogos, sociólogos);
- no campo da manutenção da força de trabalho (médicos, farmacêuticos, biólogos);
- no campo da racionalização e gestão económica e financeira (economistas, gestores,...)
- no campo ideológico (professores)

Esta é pois a primeira grande função da escola capitalista - ela é uma "fábrica" que produz mercadoria de alto valor para a classe dominante: a força de trabalho diferentemente qualificada!

9. A segunda grande função, inseparável da primeira, é a sua função ideológica.

A escola pelos seus vários escalões, elabora e divulga ideias e princípios "morais" de "consciência cívica" que não passam de regras de respeito em relação à divisão social e técnica capitalista, em relação à dominação de classe dos patrões.

A escola realiza pelas suas estruturas (os ramos de ensino, a rede escolar, organização dos cursos, ligação entre escola e região, entre teoria e prática) pelas relações que estabelece (alunos-professores-directores-Ministério) e pelos conteúdos e métodos de ensino utilizados - a sociedade capitalista de que é fruto e que destina a servir.

Assim:

- a) No aparelho primário - a cabeça dos jovens é recheada (com mais autoritarismo, com mais participação) de servilismo para com o "mestre", o "superior" e obediência aos que "sabem mais", qualidades tão "úteis" para vir a ser um operário resignado a uma máquina de exploração que o consome e o faz consumir;

- b) No aparelho secundário - ensina-se a acreditar na possibilidade de desenvolvimento técnico beneficiar toda a sociedade, escondendo o constante aumento dos lucros dos patrões que modernizam as fábricas, despedindo operários e aumentando a exploração dos que ficam a trabalhar;
- c) No aparelho médio - reforçam-se os valores ideológicos necessários à transmissão dos referidos no primário e apresenta-se a realidade da criança como neutra, tratando-a de um modo "abstracto", alienatório da sua condição de classe;
- d) No aparelho superior - cria-se e espalha-se a crença de que é natural e inevitável o que serve para manter a organização capitalista da sociedade e justifique "democraticamente" o lucro.

10. Para além destas duas funções principais a escola capitalista tem ainda funções "reguladoras" de tipo económico e social:

- a) Funcionando como reservatório de mão-de-obra jovem desempregada, ao mesmo tempo que serve para atenuar o descontentamento provocado pelas sucessivas crises de desemprego, ao manter em "actividade" milhares de jovens;
- b) Funcionam como auto-reprodutores da sua estrutura, ao produzir os professores que se integram nos aparelhos escolares;
- c) É através da selecção e do sistema de diplomas, e sua ligação com um estatuto e uma vantagem material, que o "conhecimento" e a "cultura" ganham um valor de troca no mercado de trabalho.

11. Resultado destas funções a escola é não só o principal lugar onde se reproduz a divisão trabalho intelectual / trabalho manual, mas também o lugar principal onde se reproduz a hierarquia social, ao produzir a "cultura" não pelo seu "valor de uso" mas pelo seu "valor de troca", mercantilizando a instrução:

- os que não vão à escola
- os que ficam pela primária ou pelo ciclo
- os que vão à escola técnica
- os que vão ao liceu
- os que vão à Universidade
- os bacharéis
- os doutores

D - EM RESUMO: A ESCOLA É O APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADO DOMINANTE

12. Por tudo isto a escola aparece como sendo a aparelho ideológico de Estado dominante dos países capitalistas avançados. Durante vários anos - os anos de formação do jovem - seis dias por semana, muitas horas por dia, a escola domina o jovem:

- através dela se perpetua a divisão e hierarquização do trabalho capitalistas;
- por ela se difundem, na consciência do homem, as convicções da burguesia;
- através dela se regulam mecanismos económicos e sociais.

13. Mas são exactamente estas características da escola capitalista que a tornam vulnerável aos confrontos exteriores. A escola é profundamente atravessada pela luta de classes mais geral o que a torna permeável à ideologia e posições da classe operaria e seus aliados. E numa fase em que o capitalismo e o imperialismo atravessam a sua mais grave crise ideológica de sempre, há condições que permitem o conquistar de largos espaços de intervenção progressista, no seio da própria escola,

por parte das forças revolucionárias, colocando, assim, poderosos entraves às suas funções burguesas, transformando-as mesmo, em baluartes da ideologia democrática e anti-capitalista!

A crise institucional que a escola atravessa em todo o mundo capitalista, e a força das lutas estudantis aí estão para o demonstrar!

B. BREVE ANÁLISE DOS APARELHOS ESCOLARES EM PORTUGAL

14. Até aos anos 60, em que a exploração da classe operária era feita em regime de "coutada" e os patrões, no seu conjunto, estavam protegidos da concorrência estrangeira por pesadas taxas alfandegárias, e da concorrência entre eles por leis que harmonizavam os seus interesses, a escola procurava fundamentalmente assegurar a submissão ideológica dos trabalhadores e preparar os funcionários do enorme Aparelho de Estado. Nos fins dos anos 60 aquele equilíbrio de interesses rompe-se: os grandes industriais e os bancos (o capital financeiro) tinham começado a ter cada vez mais peso na sociedade portuguesa e a ocupar os ramos de produção mais importantes - metalurgia, siderurgia, químicas. As novas necessidades passam a ser as de dispôr de mão-de-obra qualificada que trabalha com o complexo equipamento que então se ia introduzindo, de técnicos capazes de enquadrar esse processo, de quadros capazes de o planearem; o que não significava apenas preparação técnica dos que estudam, mas também criação duma crença generalizada na escola e fora dela, de que os interesses e grupos dominantes eram realmente os mais capazes de assegurar o "desenvolvimento para todos". É este o sentido do projecto da Reforma "Veiga Simão".

15. Depois do 25 de Abril, o aparelho escolar sofreu as interferências do processo revolucionário, se bem que de uma forma limitada, mas mesmo assim suficiente para abalar os suportes institucionais, ideológicos e (em parte) estruturais da escola capitalista.

Não se poderá dizer que depois do 25 de Abril se realizou uma "Reforma do Ensino", mas a situação geral de fluxo então existente, teve os seus reflexos na escola, variando segundo o grau de ensino, de cada estabelecimento, e mais particularmente do estabelecimento para estabelecimento.

Influenciados pela situação exterior à Escola e mobilizados pela sua própria situação, os estudantes lançaram-se em processos de luta e reivindicações nas quais vieram a alcançar conquistas de enorme importância política.

O "25 de Novembro" criou as condições políticas para a reconversão capitalista dos aparelhos escolares se iniciasse, agora sob a "batuta" directa do imperialismo.

Vejam, agora, qual a evolução dos vários aparelhos escolares em Portugal

16. No aparelho primário: Enquanto durante o salazarismo pouco mais se ensinava do que a ler, a escrever e a contar, durante quatro anos e, em contrapartida, o ensino era pródigo em regras de "respeito", "obediência" e "patriotismo" que davam aos futuros trabalhadores uma formação com a marca de servilismo e conformismo, necessário para manter a sobreexploração da classe operária e os elevados lucros de todos os patrões; com a Reforma Veiga Simão o tempo foi alargado a 6 anos e, mais tarde a 8 anos, e aumentou consideravelmente a preparação técnica/matemática, do estudo "experimental" das ciências da natureza; houve uma reconversão do autoritarismo institucional com a introdução de novas metodologias "pedagógicas", com experiências de trabalho em grupo. Com o 25 de Abril, de notar que a escolaridade obrigatória passou a ser de 8 anos.

17. No Aparelho Técnico: Inicialmente muito pouco desenvolvido e apresentado em um ambiente fortemente autoritário e repressivo, de forma a educar os poucos técnicos que no futuro imporiam um regime violento na fábrica e na sociedade como chefes e encarregados.

Com o processo de reforma deve ter sido o aparelho para o qual foi projectado um maior desenvolvimento, particularmente na perspectiva de descentralização regional (criação de escolas industriais e comerciais em todos os centros importantes) de forma a preparar os futuros técnicos no sentido dos "problemas locais" ou seja a integrarem-se imediatamente na lógica do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, assiste-se à criação (ou desenvolvimento) de cursos de apoio que se incluem neste aparelho; é o caso dos Serviços Sociais, das Novas Profissões, dos Institutos de Formação Profissional, dos Cursos de Informática, de Publicidade, etc... que tornam assim a sua preparação mais diferenciada de forma a responder aos diversos postos que a modernização capitalista criou. Por outro lado, facilitou-se a passagem do secundário para o técnico e até das Universidades para este.

Depois do 25 de Abril encetou-se uma fase de unificação do ensino técnico com o secundário por meio da criação do 7º e 8º anos unificados. De salientar ainda a introdução da disciplina "Ciências Sociais" e de várias iniciativas tomadas com o fim de incentivar a capacidade criativa dos estudantes.

As alterações provenientes do 25 de Abril foram semelhantes às verificadas no aparelho liceal pelo que se verá a seguir.

18. No aparelho liceal: Sofre um processo semelhante ao aparelho anterior no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Sendo um aparelho de passagem (para o Superior) é, por outro lado, o formador dos funcionários da administração pública e privada. Daí que, com o enorme crescimento que o chamado sector terciário (pequena burguesia dos serviços) sofre, através do desenvolvimento capitalista, este aparelho se tenha desenvolvido paralelamente. E tendo sofrido este sector um processo de modernização técnica (computadores, electrónica, etc.) com a consequente alteração das relações humanas - que do autoritarismo "irracional" do chefe de secção passou para a "racionalidade" autoritária do aperfeiçoamento, da cronometragem das funções - assistiu-se a uma certa liberalização deste aparelho, que faz diferenciá-lo claramente do anterior.

Depois do 25 de Abril, é introduzida a unificação dos dois aparelhos. Por outro lado, o ensino perdeu um pouco do seu carácter autoritário (fim das faltas eliminatórias, substituição do método de avaliação descontínua, melhoramento da relação professor/aluno) e a escola foi alvo de uma certa democratização (liberdade de reunião e expressão, gestão democrática, saneamento dos fascistas, reestruturação de matérias). Genéricamente estas remodelações também se deram no aparelho técnico.

Depois do 25 de Novembro, o clima de recuperação capitalista e de retorno ao autoritarismo traduziu-se na restrição da liberdade de expressão (proibição de reuniões e de afixação de cartazes), na submissão das escolas ao MEJC (decreto sobre o CD) e na imposição dos métodos selectivos de avaliação (regresso aos exames e faltas novamente eliminatórias).

19. No Aparelho Médio: Sendo composto fundamentalmente pelos antigos Institutos Industriais e Comerciais conhecem (a par com o aparelho técnico) um certo crescimento com a Reforma "Veiga Simão" acompanhado com o reforço do autoritarismo e da repressão.

Com o 25 de Abril sofre uma grande transformação - os Institutos passam ao Superior e desaparecem as Escolas Agrícolas pelo que fica reduzido aos Magistérios Primários e às Escolas de Enfermagem.

Depois do "25 de Novembro" o MEIC parece querer retomar o velho plano de reconversão, transformando os actuais ISEis e ISCAS em Escolas de "ENSINO SUPERIOR CURTO".

20. No Aparelho Superior: Aí só chegavam aqueles que por um critério de classe se mostravam capazes de divulgar as ideias da classe dominante - defendendo a colaboração entre explorados e exploradores, as ideias corporativistas, o horror ao Socialismo e o mito da autoridade. Com a Reforma Veiga Simão, alterou-se a importância relativa das várias faculdades, das quais as de Engenharia e de Económicas de tornam preponderantes, o que anteriormente acontecia com Letras e Direito. Alargou-se o número dos que entram na Universidade e iniciou-se um processo de readaptação do Superior que o diferencia, pela criação de graus intermédios - os bacharéis: técnicos que mais cedo entram para os postos médios da direcção da produção e militares que mais cedo punham os pés no exército colonial.

Simplemente este processo de readaptação, pela particularidade do momento que a burguesia vivia e pela força que o combate estudantil já impusera, levou a que a reconversão da Universidade se mostrasse inseparável do processo de repressão mais aberta, que caracterizou estes últimos anos como um período de intensa militarização da escola, e que nos levou a caracterizar o projecto Veiga Simão como a Reforma Tecnocrática e Militarizada do Ensino.

2ª PARTE

OS NOSSOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A. A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE COMUNISTA

21. Em cada momento e em cada local, a luta do proletariado, para ser vitoriosa tem de se definir à luz do objectivo final - O COMUNISMO - e por ele terá de ser guiada.

Só sabendo porque se luta é possível definir como se luta.

22. A sociedade Comunista caracteriza-se pela inexistência de classes, e, consequentemente do Estado. Através de um longo processo de transição - a construção do socialismo - que se inicia com a tomada do poder político pelo proletariado, se vão criando as condições para que pela primeira vez na história da humanidade, se dê o desaparecimento da opressão e da exploração.

23. PELA EXTINÇÃO DA ESCOLA

Na sociedade comunista a Escola, como a entendemos hoje - aparelho colocado fora do processo produtivo, formador das hierarquias, das diferentes papéis sociais e da ideologia dominante-terá desaparecido.

Durante o processo de transição, ter-se-à apagado a divisão capitalista entre trabalho intelectual e trabalho manual, a educação foi-se ligando progressivamente à prática - à fábrica, ao campo, à rua, uma profunda REVOLUÇÃO CULTURAL transformou os velhos e novos hábitos burgueses, a capacidade de criação, de imaginação e de trabalho colectivo deixou de ser reprimida para ser elevada a um estágio qualitativamente diferente, A ESCOLA DEIXOU DE FAZER SENTIDO.

24. PELA AQUISIÇÃO PERMANENTE DE CONHECIMENTOS

A educação na sociedade comunista, será pois profundamente ligada à prática e à construção de um homem de tipo novo. Deixarão de existir "escolas primárias" para existirem sim locais onde se programa colectivamente a vida da criança.

Deixarão de existir "Universidades" para a aprendizagem se fazer ligada à actividade prática.

Deixará de existir, quem estuda e não trabalha e quem trabalha e não estuda, para todos trabalharem e estudarem ao mesmo tempo. As técnicas e o "saber" terão assim deixado de ser estranhas ao trabalho.

O trabalho deixará, pois, de ser uma alienação e uma escravidão, para se o principal meio de formação e de realização do homem novo.

B. A ESCOLA NA FASE DE TRANSIÇÃO

A - A FASE DE TRANSIÇÃO, A REVOLUÇÃO CULTURAL E OS "TÉCNICOS"

25. O Socialismo significa uma sociedade onde os trabalhadores, sob a direcção da classe operaria, e da sua vanguarda política - o Partido Revolucionário, detendo o poder político, a posse dos meios de produção e o controle dos aparelhos ideológicos - organizam a produção para a satisfação das necessidades e não para o lucro, pondo fim à escravatura do trabalho assalariado, e caminhando para uma sociedade sem classes (se vai extinguindo progressivamente o Estado) - a Sociedade Comunista.

26. Da velha sociedade capitalista em decomposição é preciso fazer nascer os embriões desse novo modo de vida socialista, o que implica uma rotura completa com as velhas estruturas e concepções que se mantêm com uma intensidade e tenacidade incríveis mesmo depois de destruídas as bases materiais do capitalismo. Com efeito, a burguesia ao dominar economicamente a sociedade capitalista, impõe ao nível da superestrutura os mecanismos reprodutores da sua dominação. Por isso o combate pela libertação dos trabalhadores é um duplo combate que terá de se fazer simultaneamente: é preciso destruir a dominação económica exercida pelo capitalismo e também dinamitar o conteúdo e até os mecanismos que a burguesia criou para exercer a tutela ideológica sobre as massas.

27. É aqui que os revolucionários apresentam uma rotura essencial com o revisionismo. A sociedade socialista não é apenas uma sociedade de maior igualitarismo na distribuição dos bens materiais. A sociedade socialista não é apenas uma sociedade que varia quantitativamente da sociedade capitalista.

É necessário que a sociedade socialista seja uma alternativa nova a todas as níveis. O socialismo é pois, sobretudo, um novo modelo de sociedade em que a libertação das massas está no facto de serem elas a gerirem colectivamente o seu destino e a viverem num novo modo de vida em que se vão eliminando todas as opressões.

A libertação é assim uma libertação face à dominação económica, mas também face a todas as formas de dominação ideológica.

28. A luta contra essas formas de dominação ideológica será levada a cabo através de uma profunda Revolução Cultural que, pela acção crítica e criadora das massas trabalhadoras, iniciada mesmo antes da tomada do poder político, irá destruindo todos os aparelhos ideológicos burgueses construindo, a partir dos seus resíduos, um novo aparelho ideológico, instrumento de luta contra as concepções burguesas (hierarquia, divisão técnica do trabalho...) reminiscentes das velhas classes dominantes ou reproduzidas por novas classes nascidas com o próprio processo de transição (burguesia de Estado).

29. No entanto, o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista, produziu uma grande complexidade, não só no esquema de divisão entre trabalho manual e intelectual, mas também no sistema de divisão do próprio trabalho intelectual, com uma parcelização sofisticada do saber, e com grande desenvolvimento dos graus de especialização.

Se é verdade, como dizia Lenine, que "só é possível erigir um novo edifício, com os tijolos do mundo burguês", a "política" deve estar sempre no posto de comando. É assim que, se durante um longo período a utilização das técnicas e do "saber" burguês é indispensável, dada a necessidade imperiosa de desenvolver as forças produtivas pelo novo Estado proletário, também é fundamental que a utilização dos especialistas burgueses sob o controle directo dos órgãos de poder operário e popular, da sua vanguarda e do governo revolucionário. A superação desta situação será feita não só através da formação de quadros técnicos proletários, mas também pela própria transformação dos técnicos burgueses colocando-os em tarefas manuais e na produção directa.

B - AS TRANSFORMAÇÕES A OPERAR NA ESCOLA NA FASE DE TRANSIÇÃO

30. Não chega, assim, "abrir" a Escola às classes "mais desfavorecidas", mantendo os mesmos métodos, os mesmos conteúdos, perpetuando no fundo, as suas funções.

Ela terá de sofrer transformações muito mais profundas em vista dos objectivos definidos atrás - a sua própria destruição. De facto, sem se ir destruindo a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre campo e cidade, entre especialistas da produção cultural e consumidores passivos da cultura, o socialismo não passará de uma vaga afirmação de vontade.

A ruptura revolucionária com estas contradições essenciais da sociedade capitalista, implica obviamente, a ruptura com as instituições que as reproduzem, neste caso, a ESCOLA.

31. As formas concretas que este processo irá assumir, dependem directamente das características da formação social e do processo revolucionário em causa:

- Em primeiro lugar da própria luta de classes no processo de transição;
- Do desenvolvimento das forças produtivas;
- Das alianças de classe subjacentes ao bloco revolucionário;
- Consciência de classe...

32. FIM À DIVISÃO TRABALHO INTELECTUAL / TRABALHO MANUAL

De qualquer forma há grandes pontos de luta que devem orientar a política revolucionária face aos aparelhos escolares.

Essa política passa pelo principio essencial de ir pondo fim à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Esse objectivo vai sendo alcançado, nesta fase de transição, através de duas grandes palavras de ordem:

- Controle Popular sobre os aparelhos escolares;
- Ligação do estudo à Prática!

33. CONTROLE POPULAR SOBRE OS APARELHOS ESCOLARES

O grupo estudantil é um grupo secundário incapaz de por si só, formular uma alternativa global à sociedade capitalista. Daí, que não podem ser eles (e mais os professores) quem, numa fase de transição, determina o processo de transformação dos aparelhos escolares. Impõe-se a necessidade imperiosa do controle popular sobre esses aparelhos, entendendo-se aquele como a forma mais vasta pela qual é exercido o domínio da classe operária sob a direcção da sua vanguarda de classe.

O controle popular sobre os aparelhos escolares, como via para a sua transformação socialista, assenta fundamentalmente na intervenção exterior das forças do PODER POPULAR e do avanço global do processo revolucionário, intervenção exterior que só fará sentido se fôr articulada com a hegemonia na escola dos elementos revolucionários, enquadrados na política do Partido Revolucionário da Classe Operária.

34. O controle Popular sobre o ensino é o suporte fundamental para a sua transformação. Vários níveis se podem detectar:

- Aquele que nasce da ligação dos órgãos de PODER POPULAR - CT's, CM's, Conselhos de Aldeia, Assembleias Populares, etc - expresso entre outros, na participação desses órgãos na gestão dos aparelhos escolares;
- Definição de prioridades, de métodos de aprendizagem, de ligação ao exterior, definição das áreas geográficas de construção das novas escolas, ligadas agora às necessidades do povo trabalhador e não mais à lógica capitalista;
- Aquele que nasce da ligação à PLANIFICAÇÃO CENTRAL, ao governo revolucionário e à vanguarda de classe.

35. Este controle popular sobre os aparelhos escolares passa também pela utilização revolucionária pelas massas dos centros de saber:

- "Prestação de serviços", ligando a escola à comunidade como mais uma forma de integrar os estudantes e os professores no processo de transformação social;
- Cursos para trabalhadores;
- Alfabetização, animação cultural...

36. LIGAÇÃO DO ESTUDO À PRÁTICA

Se apesar deste controle popular sobre os aparelhos escolares, nada se introduzisse na sua dinâmica normal eles manteriam as mesmas funções.

A ligação do estudo à prática é pois um objectivo fundamental de luta sem o qual o primeiro - CONTROLE POPULAR - perderá bastante do seu sentido.

"Se alguém aprende muito, mas nunca vem às massas, nunca vem à prática, ficará um compêndio morto, um gravador" (Samora Machel)

Esta ligação do estudo à prática far-se-à através de diversos mecanismos:

- do próprio controle popular sobre a escola e a presença de órgãos de Poder Popular utilizando-se dela;
- da participação da juventude estudantil nas tarefas de defesa da Revolução - Exército Popular;
- Na introdução de um período obrigatório de aprendizagem no trabalho produtivo realizado no seio das condições de vida e luta das classes exploradas;
- Na transformação dos conteúdos das matérias que tenderão a perder o seu grau de abstracção actual para se ligarem às realidades e aos problemas do nosso povo;
- Na transformação dos métodos de ensino - pela introdução de um método de análise /intervenção que advém da investigação concreta, utilização do inquérito, estudo do meio, etc.

37. A alteração da composição social da escola (particularmente do ensino médio e superior) pelo verdadeiro direito de todos à escolaridade, por um lado, e os períodos de aprendizagem que os trabalhadores da fábrica ou do campo farão na escola, vão-na transformando progressivamente numa escola de trabalhadores. Esse será um contributo fundamental para ligar o estudo à prática (e a prática ao estudo).

*

38. Por tudo isto, nesta fase de transição, a escola não será uma escola "neutra", mas estará profundamente ligada aos combates contra os resíduos do sistema capitalista, uma escola ao serviço do poder dos trabalhadores e da reprodução da ideologia proletária.

39. Mas durante a fase de transição a escola irá perdendo o seu carácter de aparelho ideológico de estado dominante, por um lado motivado pelas suas próprias transformações internas, por outro, pela enorme criação e crescimento da organização popular a todos os níveis, às organizações de enquadramento da juventude, ao exército popular... que, a pouco e pouco, vão chamando a si o carácter dominante nas funções educadoras da juventude, nas funções de reprodução da ideologia proletária.

2ª PARTE

OS NOSSOS OBJECTIVOS TÁCTICOS CENTRAIS

A. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO GRUPO ESTUDANTIL

40. Na base das divergências de concepções das diversas forças actuantes no MA, está em parte, a sua análise daquilo que é o grupo estudantil.

A concepção reformista que tradicionalmente defendia a UEC, retomada por todos os grupos "m-1" e, posteriormente pela UEDP, é uma concepção que apelidamos de "sindicalista" e que se resume no seguinte: o grupo estudantil constitui um grupo social homogêneo com interesses próprios, cabe ao MA "defender os interesses dos estudantes" através de uma prática "sindical", apolítica. "A Associação é o teu Sindicato" - foi uma palavra de ordem utilizada até aos anos 70.

A prática veio a demonstrar a completa incorrecção deste tipo de análise de tal forma que o MA veio, como um todo, a alterar correctamente um dos seus princípios - o da apoliticidade para o do apartidarismo. Interessa de qualquer forma fazer uma caracterização breve e rigorosa do grupo social estudantil, e retirar desde já, algumas conclusões para a nossa prática.

41. O GRUPO SOCIAL ESTUDANTIL É UM GRUPO EXTREMAMENTE SENSÍVEL AOS CONFLITOS SOCIAIS - Isto é, os estudantes por estarem inseridos num aparelho onde se disputa um permanente combate ideológico, por terem fácil acesso à informação e a outros modelos de sociedade, e principalmente pela sua situação de jovens - com todo um conjunto de opções de vida por fazer - é facilmente atraído e mobilizado pelas lutas sociais que o envolvem.

As rupturas revolucionárias que a Europa conheceu, a Revolução Chinesa e cubana, as lutas de libertação nacional, mostraram que largas camadas do grupo estudantil são susceptíveis de fazerem parte do BLOCO HISTÓRICO REVOLUCIONÁRIO. Particularmente a "revolta" estudantil que na última década abalou todo o mundo capitalista veio pôr à prova a sensibilidade e capacidade mobilizadora da juventude estudantil para a luta anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista.

42. O GRUPO SOCIAL ESTUDANTIL É UM GRUPO SECUNDÁRIO, isto é tem um papel secundário na luta entre as classes fundamentais na sociedade capitalista; é um grupo sem autonomia histórica, desligado do processo produtivo, incapaz de construir uma alternativa global à sociedade capitalista.

Isto não implica que a luta estudantil seja encarada como faz o PCP/UEC, como uma mera massa de "mão de obra" do movimento popular. Apesar da sua secundariedade, o ME e o MA têm conteúdos específicos de luta que lhe advém da própria condição estudantil e de serem os principais protagonistas da luta num aparelho ideológico fundamental para o capital - a escola.

Isso que implica é sim uma permanente ligação aos objectivos de luta do movimento operário e popular.

43. O GRUPO SOCIAL ESTUDANTIL É UM GRUPO HETEROGÊNICO, em que os seus elementos apresentam diversas origens de classe. Sendo a escola um aparelho colocado no cerne da reprodução das relações sociais capitalistas, a posição política dos estudantes acaba por ser determinada mais pelas características do aparelho que frequenta, pela luta de classes exterior e os seus reflexos na escola do que pelas características próprias do grupo social.

Como dizia Lenine - "é possível encontrar no seio do grupo estudantil os representantes das posições políticas de todas as classes e frações de classe em luta".

Não existem assim "interesses dos estudantes" à imagem dos interesses económicos da classe operária. Existem problemas que, numa dada fase, conseguem congregiar largas camadas de estudantes mas que, no fundo são abertamente políticos. enquanto luta pelo dominio ideológico de um aparelho idológico tão importante como a escola.

Um simples olhar para a realidade torna isto evidente: enquanto em torno de uma reivindicação económica é possível unir todos os operários de uma dada fábrica ou sector, (influenciados pelas mais diversas correntes ideológicas) qualquer reivindicação escolar, por mais recuada, assume imediatamente um caracter conflitual internamente aos próprios estudantes, quase sempre opondo a esquerda à direita, os revolucionários aos reformistas.

Daqui também que as AAEE não possam ser consideradas estruturas sindicais apolíticas, mas sim estruturas democráticas, portanto apartidárias, mas com funções abertamente políticas e ideológicas.

14. O GRUPO SOCIAL ESTUDANTIL é UM GRUPO EXTREMAMENTE MÓVEL E COM UMA FRACA MEMÓRIA DE LUTA! Isto é, a situação do estudante é uma situação transitória, nunca se passa mais de cinco ou seis anos no mesmo estabelecimento de ensino, todos os anos saiem e entram milhares de velhos e novos alunos.

A sua relação com a escola é também muito especifica - enquanto o operário atua durante anos e anos o mesmo capataz, as mesmas tarefas, a mesma fábrica, o estudante varia todos os anos de cadeiras, de professores, de salas, de colegas e tem ainda entre cada ano lectivo, um interregno de três meses.

Isto produz do ponto de vista do ME e do MA que seja muito difícil manter uma continuidade do trabalho de um ano para o outro e que a memória das lutas se perca muito facilmente; sucedendo-se a um ano de grande mobilização outro de desagregação do movimento. Isto exige uma constante e contínua formação de quadros jovens.

B. O COMIBATE ESTUDANTIL E A SOCIEDADE CAPITALISTA

45. A sociedade capitalista é uma sociedade de classes. É uma sociedade em que o monopólio de uma classe, a burguesia, sobre os meios de produção lhe permite explorar economicamente, dominar ideologicamente e oprimir politicamente a classe dos produtores, o proletariado.

Para levar a cabo uma luta consequente pela destruição da exploração, dominação e opressão capitalistas, o proletariado dirigido pela sua vanguarda, tem de desenvolver uma politica de alianças que lhe permita constituir um bloco histórico (por ele dirigido) capaz de ser o actor fundamental da Revolução Socialista.

Cabe, pois, aos comunistas, desenvolver uma tática para a luta estudantil, capaz de a integrar no combate (mais vasto) da classe operária e dos seus aliados pela Revolução Socialista.

46. A natureza e a origem das contradições que, particularmente nas formações sociais capitalistas avançadas, fazem mover o grupo estudantil, ligam-se estreitamente à crise estrutural e conjuntural do sistema capitalista e imperialista à escala mundial; crise que se reflete a vários níveis - político, económico, ideológico e moral e que interfere na juventude estudantil de uma tripla forma:

CONTRADIÇÕES INTERNAS AO PRÓPRIO APARELHO ESCOLAR

- incapacidade de a burguesia levar à prática o seu próprio modelo de reconversão capitalista das escolas. O "ensino de massa" impõe um crescimento substancial das despesas da educação, uma rápida criação de infraestruturas, um aumento enorme do material humano que a suporta e todo um conjunto de novos esquemas de enquadramento ideológico, que ela não está em condições de cumprir cabalmente;
- incapacidade em manter todos os mitos da imparcialidade, objectividade e cientificidade do ensino burguês, quando este reforça quotidianamente o seu carácter de classe, numa escola cada vez mais dependente dos interesses dos grandes grupos monopolistas;
- incapacidade do sistema dar resposta à esperança de promoção pelo "canudo" que cria nos estudantes (e suas famílias)

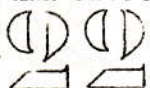
CONTRADIÇÕES RESULTANTES DA SITUAÇÃO DE JOVEM

Desde há muito que se assiste à crise da ideologia burguesa que se reflete na incapacidade da classe dominante captar para os seus modelos de vida a enorme maioria da juventude. É uma "crise de valores", uma crise de dominação da ideologia burguesa que está instaurada e que se caracteriza, ao nível de massa, numa constante revolta (mal-estar na sociedade) sempre crescente, face a um modelo de vida com o qual não mais se identificam.

CONFLITOS DE CLASSE EXTERIORES À ESCOLA

Hoje, mais do que nunca, é impossível esconder aos estudantes que há outro modelo de vida, outros modelos de sociedade, que em todo o mundo milhares e milhares de homens estão contra um sistema de exploração, opressão e dominação.

47. Assim é necessário abrir diferentes frentes de luta que abarquem todas estas problemáticas do combate estudantil, em sistema capitalista, como forma de enfrentar em cada situação concreta (regime fascista, democracia burguesa, ruptura revolucionária, etc.) as propostas políticas e organizativas capazes de conduzirem a uma efectiva ligação da luta estudantil à luta dos trabalhadores.



48. Como Programa de Luta que abarque ~~estas~~ diferentes frentes de combate temos:

- A luta contra o autoritarismo capitalista e a crescente militarização da sociedade;
- A luta contra o isolamento dos estudantes relativamente às massas trabalhadoras e fundamentalmente em relação à classe operária;
- A luta no interior do aparelho escolar pelo controle do discurso político-ideológico das classes dominantes, reduzindo-lhe os efeitos, pela contra-posição de uma ideologia anti-capitalista.

49. Num momento em que o imperialismo e os seus representantes para manterem a sua dominação e não se ressentirem dos abalos provocados pelas lutas de libertação nacional (Vietnam, Cambodja, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, etc.) reforçam as formas autoritárias de dominação que assumem aspectos diversificados conforme as regiões do globo, democracias burguesas "controladas" na Europa, ditaduras gorilas na América Latina, abre-se um campo capaz de dar sentido político mais avançado a todas as energias libertadas pelas movimentações estudantis:

- Contra a difusão dos valores militaristas hierárquicos;
- Contra uma informação manipulada e mistificadora;
- Contra o enquadramento repressivo da juventude (desde o estilo arquitectónico das escolas até às organizações de juventude criadas pelos governos capitalistas);
- Contra o fortalecimento progressivo das instituições repressivas (polícias, exército, etc.);
- Contra a repressão familiar;
- Contra a segregação /alienação sexual.

50. Por outro lado, os países da Europa de Leste deixaram há muito, pela sua natureza não-socialista, repressiva e burocrática de constituir para a juventude qualquer ideal da sociedade; esta situação abre aos revolucionários enormes condições para puxar para fora da influência revisionista as movimentações e lutas estudantis.

51. Uma das formas da burguesia "pacificar" os estudantes e impedir o despoletar das lutas, é mantê-los afastados das problemáticas exteriores à escola, nomeadamente da luta dos trabalhadores, é não permitir a introdução destas questões no interior das escolas. Contra esta situação abrem-se perspectivas à luta dos estudantes por uma ligação efectiva à luta dos trabalhadores, tal como o dar apoio às lutas dos explorados e oprimidos:

- Através da introdução destas lutas no interior da instituição: pela informação, pela discussão das cadeiras, pelo apoio técnico à informação operária autónoma, pela recolha de fundos;
- Através do alargamento a outras camadas trabalhadoras da informação daquelas lutas;

52. Mas a luta estudantil tem a sua própria autonomia - no interior dos aparelhos escolares há excelentes condições para desenvolver um trabalho capaz de combater a ideologia dominante, ganhando "espaços" que sejam o resultado das vitórias da ideologia anti-capitalista:

- pela contraposição de novos conteúdos - uma análise materialista da história e da ciência - ao discurso burguês que a escola segrega;
- pela introdução permanente da realidade da luta de classes, denunciando um ensino idealista e distante da vida e das lutas sociais;

- pela denúncia da submissão da escola ao sistema de exploração capitalista e de dominação imperialista;
- pelo mostrar que o sistema não pode responder às necessidades de promoção que ele cria e de como cada vez mais ele vai recrutar os técnicos de que necessita pelas suas "qualidades" de submissão ao sistema.

Esta é uma luta quotidiana, feita a partir da base (das turmas e dos cursos) capaz de aí mesmo ir desenvolvendo a organização estudantil.

53. Estes campos de luta não são separados, mas antes devem ser articulados para se definir uma proposta de intervenção para o grupo estudantil capaz, não só de fomentar a organização democrática dos estudantes, como de, principalmente, constituir um alinhamento progressivo da luta estudantil com a luta da classe operária.

C. A EVOLUÇÃO DO -M.E.- EM PORTUGAL - DO 25 de ABRIL AO 25 de NOVEMBRO - E OS OBJECTIVOS DE LUTA NA FASE DE RESISTENCIA POPULAR

A EVOLUÇÃO DO ME

I - Do "25 de Abril" ao "25 de Novembro"

54. Quando surge o "25 de Abril" de 74, encontram-se as escolas numa profunda crise e um ME, sobretudo nas Universidades, que desenvolvia importantes mutações de conteúdos avançados contra a Reforma Tecnocrática-Militarizada de Veiga Simão, a repressão, o fascismo e a guerra colonial.

Com a maior parte das Associações encerradas, o movimento estava organizado em torno de "tendências" que correspondiam às forças políticas que nele actuavam: os reformistas da UEC, com uma intervenção corporativa, sindicalista e recuada; os grupos de afirmação "m-l" - MRPP, PCP-ml, Núcleos Sindicais /OCMEP, com uma actividade grupuscular e de seita, apoiando apenas aquilo que conseguiam dirigir; o MES (e os trotsquistas) que assentavam a sua acção numa política não-sectária de denúncia da escola capitalista, na luta contra a guerra colonial e o aparelho militar colonial-fascista, na ligação dos combates estudantis à luta dos trabalhadores.

55. O processo iniciado com o "25 de Abril" esgota esses conteúdos de luta, o que não impede que não se desenvolvam lutas que impõem na prática conquistas importantes. O MES considera que essas conquistas foram:

- Saneamento dos fascistas;
- Gestão democrática;
- Início da ligação do ensino às lutas das massas trabalhadoras;
- Introdução dos métodos colectivos de trabalho;

Conquistas que embora não alterando as funções da escola capitalista, vieram no entanto abalar os seus alicerces principais a saber:

- O autoritarismo;
- A selecção;
- O afastamento das massas trabalhadoras.

56. Aquelas conquistas foram mais devidas à crise da dominação burguesa, aprofundadas pelo impetuoso ascenso do movimento operário e popular do que pela força do ME. Este mostrou-se incapaz, do ponto de vista global, no período do 25 de Abril ao 25 de Novembro, de definir formas de luta e objectivos que possibilitassem a sua ligação ao movimento operário.

57. É neste período que as diferentes concepções estratégicas de transformação da escola capitalista vêm ao de cima:

Avançou numa primeira fase com o projecto de alteração do conteúdo do ensino (nomeadamente em Economia) voltando-o para os problemas das massas trabalhadoras e das saídas organizadas como forma de os estudantes contactarem directamente com a luta do povo; Numa fase mais avançada, ligando às tarefas da construção do Poder Operário e Popular, lançámos a palavra-de-ordem de Controle Popular sobre as Escolas, no sentido de uma transformação radical da escola capitalista.

A UEC

Defendia uma prática de "tomada" dos aparelhos escolares por dentro, sem os transformar, intimamente ligada ao projecto mais global do PCP, de penetração no aparelho de Estado Burguês;

A UDP

Vê-se sem quaisquer perspectivas de actuação, perfeitamente "desorientada", chegando a defender, numa primeira fase que os estudantes não deviam participar na gestão democrática, acabando por retirar os seus militantes das escolas.

58. Em todo este período são os conflitos de classe, a que os estudantes estavam sujeitos no exterior da escola que determinaram o evoluir do seu estado subjectivo, as fracturas que no seu seio apareceram, o aparecimento dos grupos de direita, a diferente evolução dos estudantes liceais e universitários.

59. Foi nos liceus que o mau trabalho (ou a sua ausência) dos revolucionários deu mais trunfos à direita que através da droga, da pornografia, agitando o espantoso do caos, conseguiu conquistar importantes sectores dos estudantes para as suas posições.

60. Os sucessivos governos provisórios de conciliação de classes, foram incapazes de avançar projectos de reforma globais para as escolas, dada a sua fraqueza e as suas contradições. Não conseguiram lançar mais do que medidas pontuais, com as quais tentavam evitar o aprofundamento da crise nas escolas. Essa situação era o reflexo da sua incapacidade de conter as massas trabalhadoras e o avanço do processo revolucionário.

II - Do "25 de Novembro" ao Governo PS

61. O golpe reaccionário do 25 de Novembro visou criar as condições políticas para a burguesia iniciar a restauração do Aparelho de Estado (principalmente aparelho repressivo) e a superação da crise à custa dos trabalhadores.

62. No entanto o poder político nascido com o 25 de Novembro encerrava ainda contradições. É assim que para o ensino, o MEIC não tinha ainda um plano global para varrer por terra as principais conquistas estudantis e instaurar uma escola para produzir as "elites tecnocráticas". No entanto ensaiavam-se as primeiras medidas repressivas para testar a combatividade das massas estudantis.

63. Medidas que inicialmente não assumiram um carácter repressivo global, mas foram sendo avançadas "discretamente", até porque a burguesia necessita primeiro de encontrar a sua unidade em torno de questões decisivas (como seja o esmagar das conquistas populares no campo económico, reforma agrária, controle operário, etc.) antes de avançar de uma forma clara sobre os aparelhos escolares.

64. Medidas que não assumiram um carácter claramente repressivo já que o governo não está interessado em criar pontos de ruptura suplementares com sectores que o apoiavam, mas que visam inclusivamente criar apoio no seio dos estudantes como for-

ma de, no momento decisivo do conflito, não só não encontrarem grande oposição, como até encontrarem fortes defensores, que possibilitassem o isolamento e a repressão sobre as forças progressistas.

65. Nesta situação, as questões internas à vida escolar voltam a ganhar grande importância, pelo que são acompanhadas por uma participação crescente nas eleições associativas e, em geral, em tudo o que diga respeito às actividades escolares.

É nesta fase que os revolucionários viraram de novo a sua intervenção para as escolas. O que fez com que as reivindicações estudantis fossem dinamizadas e se preparasse a organização das massas para as respostas às medidas do MEIC.

66. O 25 de Novembro e a evolução subsequente veio agudizar, assim, as contradições no seio dos estudantes: por um lado uma massa de estudantes farta do "caos", e da "anarquia" nas escolas no pós-25 de Abril, disposta a aceitar a reconversão capitalista e que era polarizada pela direita; por outro lado, largos sectores de estudantes muito combativos, dispostos a defender as conquistas e a combater as medidas do MEIC, dirigidas pelos revolucionários.

É esta polarização à esquerda e à direita dos estudantes que irá marcar os conflitos subsequentes despoletados pelas medidas reaccionárias do MEIC.

OS NOSSOS OBJECTIVOS TÁCTICOS CENTRAIS PARA A FASE DA RESISTÊNCIA POPULAR

67. O 25 de Novembro abriu uma nova página da história da luta de classes do nosso País, caracterizada por uma grande ofensiva do capital e do imperialismo que definimos como sendo de democracia burguesa limitada (progressivamente limitada).

Nesta fase as grandes tarefas do Movimento Popular são a construção de um poderoso Movimento de Resistência Popular Activa à recuperação capitalista e à ingerência imperialista.

68. As grandes tarefas que se colocam aos comunistas nas escolas são claras: desenvolver uma tática que faça o movimento de Resistência Popular ganhar as características de massa e força organizada, unir os revolucionários e relançar um forte movimento de massas dos estudantes, dotando-o de estruturas organizativas.

69. Estas grandes tarefas dos revolucionários, podem-se sintetizar numa palavra-de-ordem central - UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA - CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DOS APARELHOS ESCOLARES é este o objectivo tático central porque lutam e trabalham os estudantes do MES.

Lutar contra a Reconversão capitalista das escolas é lutar:

- pela defesa da gestão democrática;
- contra a ideologia e os métodos reaccionários e os seus agentes;
- não permitir a reintegração dos fascistas saneados;
- pela construção de um ensino crítico, profundamente ligado às aspirações e sentimentos do nosso povo .

4ª PARTE

A SITUAÇÃO ACTUAL

A. A POLITICA DO GOVERNO PS.

70. Vivemos no nosso País uma situação de democracia burguesa progressivamente limitada. A política que o governo do Dr. Mário Soares tenta pôr em marcha cendendo em toda a linha às exigências do capital nacional e do imperialismo, abrindo o campo à organização e conspiração dos fascistas, é uma política de recuperação capitalista que quer fazer pagar ao povo trabalhador, a crise capitalista da economia portuguesa.

Os objectivos centrais dessa política obrigam à destruição das principais conquistas alcançadas pós-25 de Abril, grantindo em torno da crescente dependência dos marcos e dos dólares, o relançamento da acumulação capitalista, pela imposição de um "pacto social" às massas trabalhadoras. Tal será o processo de fazer aceitar ao povo trabalhador a redução drástica das suas condições de vida e de reconstruir os mecanismos da repressão, da fábrica à sociedade.

71. Neste processo, os aparelhos escolares revestem-se de uma enorme importância política; quem os dirigir, dirige a formação aos vários níveis, de técnicos e mentalidades de gerações sucessivas que saem para o mercado de trabalho ou para o desemprego. É aqui que a política de cedências tem aparecido mais clara: a política educacional de Cardia está bem longe do Programa do PS ou mesmo do seu Programa de Governo e bem perto das exigências do PPD, do CDS e do imperialismo. Essa política passa pelo ataque a tudo o que nas escolas seja estímulo a um ensino virado para a vida e a luta do povo trabalhador e a uma democracia interna assente na livre discussão dos problemas.

72. A política de Cardia representa a fase de destruição das conquistas alcançadas pós-25 de Abril, um plano global definido pelo burguesia e pelo imperialismo.

É com Cardia que pela primeira vez o poder se lança séria e coerentemente na reconversão capitalista das escolas! Depois de "arrumadas" as coisas no terreno político-militar e desferidos os ataques principais às conquistas dos trabalhadores, a direita virou-se decididamente para as escolas.

Cardia não representa apenas esta ou aquela medida reaccionária, representa muito mais - um PLANO GLOBAL, que vai desde os Magistérios Primários as Universidades, e que visa:

- criar os técnicos, aos vários níveis, capazes de suportarem o progresso em marcha de reconstrução do aparelho produtivo capitalista, formados já não na lógica dos agentes directos da repressão patronal, mas no espírito democrático-burguês, "europeu", tecnocrático e "competente";
- formar os ideólogos e as mentalidades baseadas no respeito da ordem burguesa, nos mitos do parlamentarismo e da delegação de poderes.

73. Este PLANO GLOBAL DE RECONVERSÃO CAPITALISTA tem como grandes objectivos imediatos:

- restabelecimento do total controle da escola pelo aparelho de estado;
- estabelecimento de novos planos de estudo;
- criação de um corpo docente de "confiança";
- adequar os critérios de selecção aos seus objectivos;
- restringir fortemente o acesso aos graus superiores de ensino.

74. Mas este PLANO não encontra condições para se impôr pacificamente! Face às transformações progressistas operadas nas escolas pos-25 de Abril, de que os estudantes revolucionários forma os principais protagonistas, e à força que o MA e o ME ainda detêm, aquela política identifica-se, cada vez mais, com a prepotência, a intransigência e a repressão.

75. É assim que toda a política do MEIC é uma política de destruição das conquistas alcançadas:

- destruição da gestão democrática quer através dos mecanismos da falsa representação parlamentar (caso do ensino superior) quer reeditando os velhos directores, agora "gestores" (caso do ensino médio e secundário);
- destruição da autonomia pedagógica e científica das escolas como único meio de garantir o seu total controle pelo aparelho de estado;
- destruição do espírito de trabalho colectivo, incentivando os métodos de competição individual;
- enorme esforço de elitização/racionalização - através de um conjunto de medidas (propedeutico, exames de admissão, numerus clausus) que exercem uma forte selectividade totalmente controlada pelo MEIC, e que responde aos imperativos de formação de técnicos "competentes". Se noutras situações e países o carácter de classe da selecção não aparece evidente, os mecanismos introduzidos por Cardia, exercem uma dupla selecção burguesa - na criação da mentalidade de elite; e na redução drástica de possibilidades aos filhos dos trabalhadores que não têm condições económicas para os suportar (explicações, um ano à espera...);
- a desarticulação das estruturas de apoio (FAOJ, DGEP) ^{que desenvolviam uma acção progressista.}
- A suspensão das principais experiências pedagógicas e a asfixia económica dos cursos que lhe saíam fora do controle político;
- A imposição dos professores fascistas saneados. (Esta medida é típica daquilo que dissemos na tese 74; Ela não corresponde no essencial, a qualquer propósito de cumprimento rigoroso da Constituição, mas a uma incapacidade política do próprio MEIC - a de criar, a curto prazo, um corpo docente universitário que lhe seja dócil.)
- imposição de um quotidiano progressivamente autoritário nomeadamente através da intensificação dos ritmos de estudo.

76. A par destas medidas, o MEIC lança outras destinadas especificamente a cada grau de ensino:

NO ENSINO SECUNDÁRIO: um enorme reforço do autoritarismo, do controle burocrático e da selecção bem patentes nos seguintes decretos:

-Outubro de 76 - Decreto de Gestão

Características:

- gestão não-paritária - 2 alunos; 5 professores - 2 empregados;
- eleição através de delegados de turma (votação indirecta) dos representantes dos alunos;
- divisão dos professores entre profissionalizados e eventuais;
- presidente da gestão tem voto de qualidade e a possibilidade de vetar as decisões tomadas se forme contra as medidas do MEIC;

CONSELHO PEDAGÓGICO

- não-paritário -25 professores, 5 alunos;
- eleição indirecta;
- forma burocrática e não-participativa de funcionamento
- reconhecimento da necessidade de intervenção das Associações de Pais fascistas na vida da escola.

2 - Novembro de 76 - Decreto de faltas

- faltas eliminatórias
- não possibilidade de relevação

Decreto do controle das entradas e saídas das escolas

Apesar de não ter sido aplicado em muitas escolas ^{com} um carácter profundamente reaccionário;

- só se pode entrar ou sair na escola com o cartão
- impossibilidade sair da escola nos "furos"
- avançada a hipótese de nos liceus onde não se pudesse aplicar o decreto construir um muro à volta

3 - Março de 77

- exames nacionais
- exames de aptidão
- numerus clausus
- ano propedeutico
- fim do serviço cívico

Principais alterações a nível pedagógico levadas a cabo pelo MEIC

- Aceitação das propostas da Inter-Associações de Pais e do Episcopado quanto à revisão dos programas (História, Ciências Sociais, Educação Cívica, Politécnica e Introdução à Política);
- Suspensão dos programas do 7º e 8º anos unificados e do serviço de reestruturação do Ensino secundário.

NO ENSINO MÉDIO

- A destruição quase total do anterior Plano de Estudos dos MAGISTÉRIOS PRIMÁRIOS, nomeadamente através de afastamento do corpo docente que esteve na base da "experiência pedagógica";
- nas outras escolas do ensino médio (enfermagens e Agrícolas) a situação não conheceu alterações substanciais.

NO SUPERIOR

- destruição dos planos de estudo progressistas;
- retorno às escalas numéricas (de 0 a 20) de classificação
- não homologação dos órgãos de gestão do ISE/ desintegração do ISCSP
- encerramento de Coimbra
- imposição de uma elevada selectividade (numerus clausus entre outros)
- reavaliação de conhecimentos (novos exames fora de época, e fora das... escolas!) em cursos que lhe fogem ao controle;
- desrespeito pelos órgãos de gestão que criou, quando eles apontam medidas que não lhe convêm;
- projecto de transformação dos actuais ISEIs e ISGAs em Institutos de Ensino Superior "Curto".

77. Ao mesmo tempo que põe em prática este PLANO GLOBAL DE RECONVERSÃO CAPITALISTA, o MEIC ensaia já os primeiros ataques à organização associativa dos estudantes. A primeira arma foi a asfixia económica das cantinas; a segunda parece vir a ser a tentativa de controle editorial das SECÇÕES DE FOLHAS e, por último, a promoção do pluralismo associativo.

Com a vitória da direita em algumas escolas, a concretização destes objectivos fica facilitada (senão mesmo os torna desnecessários) já que podem vir a ser aplicados "por dentro" do próprio movimento associativo.

Só a força combativa que o ME demonstrou tem obrigado o MEIC e a direita a manter até hoje, estas medidas, na "gaveta".

78. Os revolucionários e o MA deparam-se assim, também nas escolas, com uma poderosa ofensiva da direita aberta pelo governo social-democrata.

A situação política não é favorável a vitórias totais e estáveis sobre este PLANO DE RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS, tanto mais que, como veremos a seguir, o MEIC tem fortes aliados no seio das próprias escolas; mas é possível, e a prática da luta aí está para o demonstrar, opôr um forte movimento de resistência popular activa, que, na resposta a estas medidas, vá organizando as forças para futuras ofensivas.

B. BALANÇO DA OPOSIÇÃO AO PROJECTO CARIA

Em relação a esta parte B do balanço das lutas desenvolvidas pelo sector estudantil em oposição ao MEIC o DEJ decidiu não publicar as teses correspondentes antes da discussão a ter na reunião da Coordenadora Nacional alargada por uma razão fundamental:

Enquanto algumas partes das teses agora publicadas ou foram aprovadas formalmente na II Conferência, ou não tendo sido são aprofundamentos ou contribuições dadas de conteúdo político consensual, esta parte não foi nem suficientemente aprofundada nem votada formalmente, existindo posições divergentes quanto ao balanço a fazer.

Assim, o DEJ obteve por publicar unicamente um esquema sob o qual devem ser elaboradas as teses a submeter para aprovação à Coordenadora Nacional alargada.

- A) Tese 79 - Introdução - os 3 grandes processos
- B) Gestão Tese 80 - Como se iniciou e desenrolou o processo: qual a sua importância; Tese 81 - O Papel das forças políticas e a relação de forças com o MEIC; Tese 82 - Conclusões a retirar, nomeadamente sobre a questão da UNEP;
Cofimbra - Saneados - Teses 83, 84 e 85 - Tocando cada uma, os mesmos pontos das três anteriores.
- C) Cívicos - exames nacionais - Teses 86, 87 e 88 - novamente os mesmos pontos das anteriores.
- D) Conclusões finais - Tese 89 - Sobre a necessidade ou não de globalizar as lutas; tese 90 - relação entre o trabalho de massas com o trabalho ideológico e cultural; tese 91 - A estrutura organizativa -- sobre a direcção nacional.

C - A RELAÇÃO DE FORÇAS E AS FORÇAS POLÍTICAS NAS ESCOLAS

92. No terreno estudantil é sempre difícil definir com precisão uma dada relação de forças mais ou menos estável, para um período de um ano como aquele em que iremos perspectivar a nosso trabalho imediato.

Como se disse atrás, o grupo estudantil é extremamente sensível aos conflitos sociais que o envolvem. Qualquer alteração - por exemplo, a concretizar-se nova composição governamental de tipo militar com reforço da posição de Eanes ou de maioria presidencial (PS + PPD + CDS) - poderá provocar imediatamente um novo xadrez na relação de forças.

É no entanto, possível definir em termos genéricos a actual situação e a sua evolução provável.

93. No ENSINO SUPERIOR

93. A situação actual é caracterizada por uma grande polarização de posições - Enquanto em fases anteriores existiam os quadros políticos de "esquerda", os elementos fascistas pró-governo e depois as largas massas de estudantes que conforme a correcção táctica das nossas propostas e o trabalho político desenvolvido, davam à luta um carácter mais ou menos massivo. Hoje, resultado do processo político, as "camadas intermédias" tendem a reduzir-se e as posições a polarizarem-se abertamente entre a "esquerda" e a "direita".

Isto quer dizer que o terreno da luta "anti-MEIC" se desloca imediatamente para dentro da escola contra os seus representantes políticos e o processo transforma-se assim, num quotidiano combate pela hegemonia ideológica dos estudantes.

94. A maioria dos estudantes mantêm posições progressistas, anti-fascistas e anti-política do MEIC, mas a base de apoio as movimentações não cresceu significativamente com os processos de luta, já que não se conseguiu intermigiá-los correctamente com um trabalho de base, asente na formação ideológica e cultural dos estudantes.

95. Os revolucionários continuam a ser a principal força no seio do ME progressista. Já que nestas condições, forças "intermédias" como a JS e a UEC tendem a ser totalmente esmagadas por qualquer processo de luta.

96. Os revisionistas da UEC vão recuar sucessivamente no seu discurso, aumentando o seu ultra-reformismo, mantendo a sua força e base tradicional de apoio que poderão mesmo reforçar face à atracção do reformismo conciliador, à ilusão de um "pacto" mais favorável aos trabalhadores e à existência de um "único partido forte, de massas" (o PCP), nos períodos de "acalmia", para logo serem ultrapassados nos processos de luta mais abertos.

97. A JS, incapaz de ser nas escolas o verdadeiro representante da política do MEIC, incapaz de apresentar qualquer alternativa real a não ser a de se afirmar como representante do "equilíbrio" e do "bom senso", continuará como força intermédia, perdendo a sua base de apoio quer para a direita quer para a esquerda, pelo menos enquanto se mantiver como juventude do partido no governo.

90. A direita avança, organiza-se e consolida-se em torno da JSD. Se ontem actuava encostada aos grupos "fantoques" do tipo MRRP/AOC hoje aparecem abertamente, organizados, activos, representam o projecto de reconversão capitalista das escolas, o ataque às conquistas do 25 de Abril, o aniquilamento do MA progressista. Aparecendo como uma força "democrática" tem roubado à JS parte da sua base de apoio, é a organização na qual a burguesia e o imperialismo confiam para dirigir o seu plano por "dentro".

A força da direita resulta no essencial, da própria situação política que vivemos e do facto de terem sido capazes de aparecerem como os representantes da "ordem" da "paz" da "promoção social" por um "ensino competente" para muitos estudantes.

99. Coladas neste momento à JSD, a JC/CDS os bandos fascistas têm na maioria das escolas do superior, que manter-se "inactivos" devido quer às posições das forças progressistas quer ao repúdio, de que são alvo por parte da esmagadora maioria dos estudantes. O que não quer dizer que em algumas escolas não ensaiem "timidas" intervenções.

O seu projecto é bem claro, destruir tudo o que tenha um "cheiro" "democrático" e progressista, expulsar das escolas as forças progressistas, em suma, impôr de novo a velha ordem fascista.

NO ENSINO MÉDIO

100. A situação é bastante diferenciada - enquanto nas escolas de Enfermagem e Agrícolas (ainda existentes) o MA não ganhou raízes, o debate ideológico é quase inexistente e a intervenção progressista muito limitada, já nos MAGISTÉRIOS PRIMÁRIOS o MA conheceu um grande surto e o papel das forças progressistas é hegemónico.

101. Nos Magistérios Primários não existe uma polarização tão grande de posições com a conseqüente existência de largas "camadas intermédias" (geralmente passivas) passíveis de serem captadas quer para o lado da direita e do ~~apoiado~~ MEC quer para as forças progressistas e revolucionárias.

Os revolucionários, são também aqui, a principal força actuante, apresentando-se no entanto, uma muito maior despartidarização do movimento, existindo um amplo trabalho de unidade com grande participação dos quadros revolucionários sem partido.

102. Esta situação foi resultado em parte dos PLANOS DE ESTUDO definidos no pós-25 de Abril, a partir dos quais experimentaram os Magistérios uma transformação radical desde os conteúdos aos métodos de trabalho e avaliação e à ligação à vida e à luta dos trabalhadores.

Dado o carácter ideológico e cultural da critica aberta à escola e à sociedade capitalista que objectivamente assumiu aquele processo de transformação abriu-se nos Magistérios Primários um espaço de intervenção em que os estudantes revolucionários puderam ganhar posições privilegiadas em consequência do isolamento das tendências reformistas -sindicalistas do ME, incapazes que foram estas pela própria natureza do seu projecto, de acompanhar o movimento de profunda inovação pedagógica que aquele processo constituiu.

O retorno a um plano de estudos autoritário e desligado da prática e das lutas populares, poderá vir a ter uma influência grande em largas camadas de estudantes.

NO ENSINO SECUNDÁRIO

103. As forças da direita mantêm um peso ideológico muito grande junto da juventude dos liceus e escolas técnicas. Dispondo de poderosos instrumentos (desde a droga, à pornografia), utilizando-se dos erros sucessivos de forças como a UEC, têm desenvolvido uma acção que ainda que seja claramente superficial, tem vindo a ganhar força e organização. A sua hegemonia sobre um largo leque de AAEE do secundário é uma realidade!

É assim que as medidas do MEIC para o secundário encontram apenas respostas muito localizadas sem qualquer hipótese de vitória.

104. A força da direita no secundário é uma realidade! Ela não assenta apenas em questões conjunturais, mas em razões bem mais profundas. Entre elas está a incapacidade que a "esquerda" em geral tem mostrado na mobilização desses sectores da juventude estudantil. A prática tem mostrado que aonde o trabalho associativo se organiza, nomeadamente através dos delegados de turma e se implanta uma intervenção cultural que ultrapassa o mero chavão político (da anterior fase de luta) e se liga estreitamente ao quotidiano do estudante, a direita sai batida! Os exemplos que nos vêm, de zonas tradicionalmente consideradas reaccionárias como Bragança, Viseu, Vila Real e muitas outras onde a direita tem sido derrotada, mostram-nos que há um enorme trabalho a desenvolver que pode dar os seus frutos a médio prazo.

Breve caracterização das forças em presença

105. Extrema direita - forças extremamente agressivas, boicotando tudo o que seja de esquerda, fazendo propaganda nazi. Estão isoladas em relação à grande maioria dos estudantes, pois a sua actuação é "desestabilizadora". Estão mal organizados, não tendo qualquer intervenção com uma perspectiva táctica global. Em certa medida são a tropa de choque do CDS e PPD embora possuindo uma certa autonomia em relação a essas organizações.
106. CDS/PPD - actuam como um bloco, apesar de o PPD estar muito mais organizado a nível nacional. Possuem muitos poucos quadros, sendo as vitórias obtidas mais fruto da situação geral do que da sua intervenção real.
107. JS - desintegrou-se já que nunca teve suporte organizativo suficientemente forte para defender activamente a política do MEIC.
108. A UEC - aparece ainda como a força mais organizada tendo estado à cabeça dos dois processos nacionais - civicos e exames nacionais, onde ficou clara a sua política simultânea de conciliação com o MEIC e de lançamento de reivindicações para as quais não dá qualquer saída.
109. A UEDP - tem demonstrado uma grande falta de perspectivas e de alternativas para os processos de luta. É de salientar o seu radicalismo face à UEC que, em muitas escolas, favoreceu objectivamente a direita.
110. Os revolucionários cuja força é muito variável, (consoante a zona e a escola) ainda não conseguiram (salvo excepções localizadas) levar à prática um projecto claro de intervenção que retire do domínio ideológico da direita e das perspectivas burguesas os largos sectores da juventude do secundário

CRITICA ÀS CONCEPÇÕES E À PRÁTICA DA UEC E DA UEDP.

NOTA:

Segue-se uma crítica às concepções e prática das duas organizações que, conosco, disputam a direcção do Movimento Estudantil progressista - a UEC e a UEDP. É evidente que aquilo que qualquer organização estudantil representa aos olhos dos estudantes - a sua linha política, limites, vícios e potencialidades - não resulta apenas da sua ~~activi-~~ ~~dade~~ nas escolas, mas também (e principalmente) da prática mais global do partido de que fazem parte. No entanto é fundamental uma demarcação face a estas organizações no terreno estudantil, tendo sempre presentes as críticas e a análise que o nosso Partido faz ao nível global do PCP e da UDP/PCP-r.

A UEC

A - AS CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DA UEC

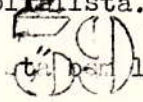
111. A UEC(PCP) tem uma análise reformista daquilo que são os aparelhos escolares e a sua transformação.

O reformismo defende que o conjunto de técnicos, competências e capacidade de trabalho que concorrem para a produção capitalista (leia-se exploração) são recuperáveis, na sua articulação e estrutura hierárquicas, pela sociedade socialista (de transição) sem necessidade de rupturas. Tudo o que é produtivo do ponto de vista do capital seria susceptível de continuar a sê-lo (ou melhor de ser ainda mais produtivo) no período de transição já que se teriam "democratizado" as estruturas.

É a concepção da transição pacífica e por etapas para o socialismo que está presente e que defende que não há que perturbar a divisão e técnicas de produção que regem a exploração capitalista, mas pelo contrário, preservá-las e orientá-las para o serviço dos fins sociais "democráticos" e "populares".

112. É assim que o reformismo entende a escola capitalista como qualquer coisa de "bom" em si que apenas teria sido conspurcado pela falta de acesso das camadas mais desfavorecidas. Pois se o reformismo não põe em causa a divisão e hierarquização capitalistas do trabalho - porque havia de pôr em causa a instituição que as reproduz - A ESCOLA?

Enquanto o MES defende uma profunda e radical transformação da Escola através da sua ligação à prática e à produção e do seu controle popular - a UEC mantém a defesa da sua oca e estafada "Reforma Geral e Democrática" do ensino que, a concretizar-se, não alteraria nem uma das principais funções da Escola capitalista.

O próprio modelo das escolas capitalistas e dos países de Leste -  - está bem longe

O próprio modelo das escolas soviéticas e dos Países de leste est, a bem longe das concepções do primeiro período da Revolução de Outubro e bem perto de qualquer Academia de Massachussets ou de Oxford!

B- AS CONCEPÇÕES DA UEC ACERCA DO MA

113. O PCP concebe o Movimento Estudantil como apenas um reforço da "ampla corrente democrática", como massa de manobra, de pressão para a concretização da sua política de alianças e de poder.

114. A UEC concebe assim, o MA como um estreito movimento "sindical" e "apolítico" de defesa dos "interesses dos estudantes". Isto teve como consequência, sempre que as suas concepções dominavam o movimento estudantil (até 69):

- o lançamento de reivindicações quase exclusivamente corporativas com uma fraquíssima politização, um grande "fosso" entre os dirigentes e a massa de estudantes, seguidas normalmente de períodos de grande desmobilização assim que se esgotam os conteúdos da luta;
- a separação entre o movimento operário e o movimento estudantil - nunca o movimento estudantil assumiu características anti-coloniais, nem as problemáticas operárias entraram nas escolas, antes de 69/70;

O facto das perspectivas "sindicalistas" terem sido "esquecidas" e de hoje a palavra-de-ordem - ESTUDANTES-TRABALHADORES - A MESMA LUTA! - ser assumida por todo o MA progressista, representa uma grande derrota política dos revisionistas e a correcção das perspectivas revolucionárias que se souberam impôr!

C - O ACTUAL "PROJECTO DE ESQUERDA" DA UEC

115. Na sua prática a UEC apresenta-se como uma força defensista, conciliatória e capitulacionista cuja linha política se tem mostrado totalmente incapaz de dirigir um único processo de luta de envergadura.

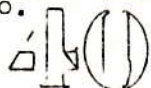
A UEC explica hoje essa sua prática em torno da defesa da sua linha como a única alternativa real à situação vivida nas escolas - como o único "PROJECTO DE ESQUERDA" viável, capaz de manter uma escola "democrática" e "competente".

116. Este "Projecto de esquerda" da UEC é um projecto negociado com a direita e com o Governo. Não é um negócio de gabinete exclusivamente, mas uma negociação conflituosa, tendo por dever e haver a influência de massas do PCP, que porá ao dispôr da social-democracia uma academia política (baseada em cedências) em troca de uma participação sua no governo. Este o cerne das suas atitudes políticas.

A UEC sustenta que este projecto negociado com o MEIC, a JS e a direita é o mal menor e a única via possível. Que assim se vão conservando algumas conquistas.

O MES diz que isso é ilusório. Se cedermos pela negociação política (o que é diferente de cedermos no campo de batalha, se não tivermos força para vencer) perderemos tudo: Nacionalizações, Reforma Agrária, Gestão Democrática sem termos ganho nada organizativa e politicamente.

117. As conquistas são das massas e só com a luta das massas se mantêm. Não existe um "projecto de esquerda" para as escolas, porque não existe um poder revolucionário que o viabilize ou apoie, ou um movimento de massas em estado pré-revolucionário. Se o pensássemos em breve estriamos cercados nas nossas próprias contradições e obrigados a fazer o jogo governamental. Em breve estriamos obrigados a admitir o regresso dos saneados (que o governo mandasse) para salvaguardar o "projecto de esquerda". Tomaríamos as medidas anti-estudantis e reaccionárias para salvaguardar o projecto.



O que existe é o imperativo histórico de conter a direita com a luta de massas defendendo no campo da batalha as conquistas do povo português: as liberdades, a Independência Nacional, as Nacionalizações, a Reforma Agrária, a Gestão Democrática do Ensino.

A UEDP/UJCR

118. A UEDP nasceu em Março de 76 a partir dos núcleos UDP nas escolas. Originária de uma série de grupos "m-1" que tradicionalmente desenvolviam uma actividade de "seita" no meio estudantil, e que o MES, desde há muito apelidava de grupuscúlos.

Hoje a UEDP libertou-se de alguns dos vícios contrarrevolucionários desses grupos, mais pela imposição do próprio movimento estudantil do que por uma definição rigorosa da sua linha política. As resoluções aprovadas na sua Conferência de fundação, são de um enorme vazio político.

A UJCR aparece apenas este ano, mas veio progressivamente a sobrepôr-se à actividade da UEDP e, também ela, não apresenta uma estratégia definida para os aparelhos escolares e uma táctica global para a intervenção nas escolas.

Assim a crítica à UEDP/UJCR é feita fundamentalmente a partir da sua prática política e das próprias concepções estratégicas e tácticas globais do PCP-r.

A - AS CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DA UEDP/UJCR

119. A concepção estratégica da UEDP/UJCR é, igualmente, uma concepção reformista. As críticas gerais que fizemos a UEC são neste ponto aplicáveis as da UEDP/UJCR e são o resultado de as duas organizações terem uma concepção etapista do caminho que conduz ao socialismo, e uma concepção revisionista da própria sociedade socialista a construir.

"No campo específico do ensino a democracia popular obterá o Ensino Popular, objectivo do movimento revolucionário dos estudantes" - é esta a única referência estratégica em todas as conclusões da conferência da UEDP. O que é o "ensino popular"? É o ensino que corresponderia à etapa da democracia popular - em que os objectivos socialistas ainda não se colocariam, onde portanto a economia capitalista se manteria, ainda que a burguesia tenha sido total ou parcialmente arredada do poder.

A esta fase corresponde uma escola que, ainda que, introduzindo alterações na formação ideológica da juventude, manteria as mesmas funções de reprodução das relações de produção capitalistas!

Não é de facto por acaso que também da parte da UDP/UJCR não encontramos qualquer análise radical daquilo que é a escola capitalista!

B - AS CONCEPÇÕES DA UEDP/UJCR PARA O MA

120. Não alterando, no fundamental, a sua concepção acerca do MA, a UEDP/UJCR, resultado da própria realidade do MA e da pressão da luta política nas escolas, passou no entanto, dum prática originalmente ultra-sindicalista para uma prática mais próxima das posições sempre defendidas pelo MES - a UEDP defende que o MA e as AAEE devem ter um papel muito amplo, muito mais amplo que tiveram durante o fascismo, um papel sindical, social, pedagógico, de educação cultural e política, de ligação dos estudantes às aspirações das lutas populares" (sublinhado nosso).

121. No entanto, a UEDP/UJCR ainda mantém alguns pontos da sua anterior prática, particularmente relevantes:

- na incapacidade de desenvolver um trabalho ideológico e cultural de base, sem cair no estereótipo ou no repisar de chavões. Pode-se dizer que a UEDP/UJCR, fora dos processos de luta concretos e imediatos, fica sem perspectivas de trabalho;
- "seguidismo" perante as "massas" que a leva muitas vezes a apoiar os impulsos de natureza reaccionária dos estudantes, só para se poder apresentar como "defensora dos seus interesses".

C - A PRÁTICA POLÍTICA DA UEDP/UJCR

122. A UEDP/UJCR tem tido uma prática política nas escolas que, em geral, reforça o campo da luta contra o inimigo principal: a reconversão capitalista das escolas e a

Devido às suas concepções sobre o MA e à sua táctica mais geral, nunca poderá a UEDP/UJCR assumir a cabeça, da Resistência Popular Activa nas escolas - a direcção da luta contra a reconversão capitalista.

123. No entanto, ela oscila entre posições que objectivamente reforçam o campo revolucionário e posições oportunistas e objectivamente derrotistas:

- A UEDP/UJCR define como inimigo principal a politica reaccionária do MEIC, os seus agentes nas escolas e os bandos fascistas, mas não raras vezes confunde-os na prática com o revisionismo. A sua política de alianças em matéria associativa, tem, em algumas escolas, "oferecido" abertamente a vitória ao PPD/CDS.
- A UEDP/UJCR está muitas vezes com as posições revolucionárias, mas por outro lado, tem uma intervenção associativa recuada, defensiva no seu conteúdo, resultado disto o seu trabalho cultural nas AAEE que hegemoniza é praticamente inexistente ou mal feito. E tem uma acção ao mesmo tempo radicalista nas várias formas de luta que propõe, perdendo de vista a relação de forças concretas que se vive;
- a UEDP/UJCR afirma defender a democracia e um trabalho de massas no MA, mas têm uma perspectiva controladora e sectária, não permitindo que a livre iniciativa das massas, quer o lançamento de iniciativas que lhe saiam fora do controle;
- a UEDP/UJCR afirma-se como uma força de combate do projecto do MEIC, mas durante toda a primeira fase da luta contra o decreto de gestão, definiu, na prática, como aliado preferencial a JS, o que a levou a tomar posições de conciliação com o governo.

124. A UEDP apresenta-se portanto como uma força combativa com a qual temos selado processos de aliança conflitual:

- na definição das perspectivas para o avanço dos principais processos de luta (gestão, apoio a Coimbra) esta aliança tem-se mostrado altamente positiva.
- na experiência de trabalho conjunta de unidade de base (GDUP's) essa aliança mostra-se, quase sempre, muito difícil e em permanente ruptura.

O NOSSO PROGRAMA IMEDIATO DE LUTA

A - AO NÍVEL PARTIDÁRIO

125. Lançar as bases para a criação da estrutura autónoma estudantil do MES - a UNIÃO DOS ESTUDANTES REVOLUCIONÁRIOS.

É este o objectivo partidário central pelo que vão trabalhar os estudantes do MES - criar uma organização filiada no MES mas com autonomia organizativa, mais ampla e aberta capaz de chamar ao trabalho político organizado um vasto leque de camaradas estudantes revolucionários que simpatizem com a linha política do MES e trabalhem debaixo das nossas perspectivas para as escolas - uma organização construída para dirigir a luta estudantil contra a reconversão capitalista das escolas.

Se ontem o simples enunciar deste objectivo era "fazer política de grande partido" hoje há que lançar um conjunto de metas parciais que, a serem cumpridas tornam viável a construção de tão precioso instrumento de luta para a frente escolar a UER. O facto de termos cumprido o objectivo principal de luta, ao nível partidário, que apontamos na I Conferência - erguer a Coordenadora Nacional - foi para tal um grande passo em frente!

No entanto não se trata obviamente, de um objectivo de curto prazo, mas que tem de ir amadurecendo pelo nosso trabalho, dedicação e luta, de tal forma que no III Congresso, a futura Direcção Nacional do Sector esteja em condições de colocar à discussão e aprovação de todo o Partido uma proposta coerente e completa nesta matéria.

Os objectivos que a seguir definimos são, no fundo as metas sem as quais a construção da organização autónoma não poderá avançar.

26. Reforcemos a coesão das células do MES em todas as escolas. Sem humprirmos esta tarefa por muito funcional que seja a nova direcção nacional ela nunca dirigirá nada, já que não dispõe das estruturas, que são no fundo, o elo entre a organização comunista e as massas - as células - e que internamente são o elo fundamental de ligação entre os militantes e a direcção.

No momento que vamos atravessar o reforço da organização partidária vai ser decisivo. Já não se trata apenas de intervir apenas nesta ou naquela escola; a intervenção assume agora um carácter global, uma carácter nacional, e o MES tem de jogar aí como um bloco profundamente coeso.

127. Criar NUCLEOS DE SIMPATIZANTES em torno de cada célula partidária.

Ainda que os nossos estatutos só prevejam os membros do Partido - militantes e aderentes - no sector estudantil existem todas as condições para criar estruturas de camaradas revolucionários que, simpatizam com a nossa linha política ou com o nosso estilo de trabalho mas que hesitam ou que não oferecem condições para se filiarem no Partido. Estas estruturas que urge criar à volta de cada célula - os **NUCLEOS DE SIMPATIZANTES** - discutirão, planificarão e participarão connosco na nossa intervenção de escola com base em programas de trabalho bem definidos. Estas estruturas, não ten-

devidamente preparados para simpatizantes (o EpC por exemplo) e são a base do enquadramento partidário e a base na qual assentará a criação da organização autónoma.

128. Reforçar a nossa intervenção no ensino secundário em todas as regiões do País.

O fortalecimento do trabalho no ensino secundário é vital para a nossa intervenção. Em primeiro lugar porque ele nos garante uma continuidade de promoção de quadros jovens, em segundo lugar porque só o MES tem uma linha política capaz de lançar um forte trabalho unitário que retire a juventude dos liceus e escolas técnicas da influência ideológica da direita.

Este objectivo passa ainda pelo reforço da coordenação e direcção nacionais do nosso trabalho no secundário - nomeadamente a realização de uma Conferência Nacional especificamente dedicada à intervenção nos liceus e escolas técnicas.

129. Caminhar para a formação de COORDENADORAS REGIONAIS (DISTRITAIS OU DE ZONA) do Sector. Durante este ultimo ano faltou-nos estruturas de direcção e coordenação intermédias - o seu lançamento será um passo decisivo! A exemplo do que se vem fazendo nas principais regiões, sempre que a nossa intervenção o permita há que avançar imediatamente para a criação de uma COORDENADORA REGIONAL DO SECTOR ESTUDANTIL.

130. Transformar a actual Coordenadora Nacional numa DIRECÇÃO NACIONAL DO SECTOR ESTUDANTIL, directamente ligada à CP do CC, mais operacional e movel (com menos camaradas). O DEJ - será transformado num Departamento de Apoio Central a esta Direcção Nacional, perdendo a sua actual autonomia organizativa.

131. Lançar uma profunda formação de quadros. Esta é uma das tarefas a que teremos de dar a maxima importância. Sem um conjunto alargado de quadros estudantis, preparados politicamente, não conseguiremos suportar as tarefas que temos em mãos.

O II Acampamento de Formação, será novamente um marco importante mas se não encarmos a formação politica das camaradas como uma tarefa quotidiana não estaremos em condições para nos impormos definitivamente como a direcção do movimento dos estudantes.

132. Reforçar a ligação do Sector ao conjunto do Partido - preparar activamente o nosso III Congresso!

O objectivo central atrás definido não implica o isolamento do Sector, antes pelo contrário, há que reforçar a ligação do Sector escolar ao conjunto do Partido, o que passa por:

- encontrar formas concretas de participação no trabalho político geral e no de agitação e propaganda em particular, de outros sectores do MES, que, sem prejudicar o progresso da organização especifica do sector escolar, dêem um impulso decisivo para o cumprimento dos objectivos globais do Partido acima indicados;
- participar inteiramente nas tarefas de discussão política de todas as questões abertas no interior do Partido.

Neste campo, a curto prazo, a preparação activa do nosso III Congresso, deve colocar-se para todo o sector como a sua tarefa principal!

B - O NOSSO PROGRAMA PARA O TRABALHO DE MASSAS

NO COMBATE AO PROJECTO DO MEIC
REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO E
LANÇAR UMA PROFUNDA INTERVENÇÃO CUL
TURAL IDEOLÓGICA DE BASE E DE MASSAS

133. A partir de toda a análise feita atrás, fáclmente se retira que a luta contra a reconversão capitalista se liga estreitamente ao combate pela hegemonia ideológica das perspectivas progressistas junto da juventude estudantil e a luta pela direcção revolucionária no movimento de estudantes.

A direcção revolucionária conquista-se e firma-se na própria luta contra a política do MEIC.

A batalha ideológica contra a direita social-democrata e fascista ganha-se no trabalho de base.

134. Sem um forte trabalho político, ideológico, cultural e organizativo nas turmas e cursos; ligado ao quotidiano do estudante, todos os apontamentos globais partem ao "coxos" desde o início, porque não assentam em bases sólidas. Sem esse trabalho nem um dos pontos centrais do PLANO GLOBAL DO MEIC será posto em causa com êxito. Sem esse trabalho as vitórias parciais transformar-se-ão em derrotas porque não teremos a capacidade de capitalizar os seus frutos políticos.

NO COMBATE AO PROJECTO DO MEIC-REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO E LANÇAR UMA PROFUNDA INTERVENÇÃO CULTURAL/IDEOLÓGICA DE BASE E DE MASSAS, é pois o cerne a palavra-de-ordem que vai nortear o trabalho político dos militantes estudantis do MES - É O NOSSO PROGRAMA IMEDIATO!

135. Da análise feita atrás igualmente se retira que este Programa terá de ser levado à prática de diferentes formas - o modo como se assumem e articulam as diferentes palavras-de-ordem gerais que defendemos, variam consoante o grau de ensino. Assim se no superior e médio o trabalho associativo está, quase sempre, em íntima ligação com a intervenção cultural de massas, já o mesmo não se pode afirmar do secundário, aonde em cerca de 2/3 das estruturas associativas estão nas mãos da direita.

Daqui que o Programa imediato que a seguir desenvolvêmos tenha pontos de carácter global - "O REFORÇO DO TRABALHO ASSOCIATIVO É A NOSSA TÁCTICA PARA O TRABALHO CULTURAL" - e pontos especificamente dedicados a cada grau de ensino.

II - O REFORÇO DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA OPOSIÇÃO AO PROJECTO DO MEIC

COMO SE FAZ?

Reforçar o MA não é só intervir nas AAEE, é muito mais do que isso:

136. REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO É LANÇAR A ORGANIZAÇÃO DE BASE EM TODA A ESCOLA:

Os revolucionários devem estar na primeira linha do seu enraizamento nos hursos e nas turmas, lançando Comissões de Curso e Turma, os delegados de turma (no secundário). É esta a única forma de responder à desmobilização por um lado, e ao isolamento de cada reivindicação concreta, por outro lado, o que seria mais grave, ao isolamento da luta estudantil da restante mobilização popular.

137. REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO É DEFENDER OS PRINCÍPIOS DO APARTIDARISMO E DA DEMOCRACIA.

Os revolucionários têm de assentar o seu trabalho na base dos cursos e turmas, quebrar com o ultrapartidarismo do MA que só serfe a direita reacçãoária. Há que defender a democracia, assente na mais ampla discussão política.

138. REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO É LIGAR AS REIVINDICAÇÕES CONCRETAS AO COMBATE CULTURAL E IDEOLÓGICO.

Temos de alterar o estilo estereotipado de intervenção feita na base de palavras-de-ordem da fase anterior e ligar sim as reivindicações concretas, às situações quotidianas dos estudantes, a uma agitação cultural com características de massa. No ensino secundário reside aqui, na capacidade que os revolucionários tiverem para arrancar com esse trabalho, a possibilidade de sobrevivência e reprodução de uma intervenção progressista!

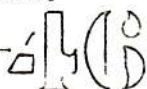
139. REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO É SABER UNIFICAR A LUTA DOS ESTUDANTES COM A LUTA DOS TRABALHADORES.

O MES defende que lançar um trabalho de massas não é despolitizar o MA, transformá-lo num aparelho corporativista sem vida nem tradições. Lançar um trabalho de massa é exactamente politizar aqueles terrenos de intervenção que omobilizam as largas camadas da juventude. A perspectiva de unificação dos combates estudantis com a luta dos trabalhadores e o movimento popular em geral, mantem-se como um dos objectivos centrais do nosso trabalho.

III - A NOSSA INTERVENÇÃO NAS AAEE

140. Articular toda a nossa intervenção de base com a conquista de Associações. Concorrer sempre às DAAEE - para ganhar! Para isso é preciso:

Por um lado saber traçar um Programa e uma linha de intervenção que não traíndo os nossos objectivos se saiba adaptar às condições concretas de cada Escola! Por outro lado saber encontrar o esquema correcto de alianças com base no princípio "nunca dar a vitória à direita pela divisão da esquerda", garantindo a autonomia das nossas posições.



141. O Programa de Trabalhos com que nos devemos candidatar deve basear-se nos seguintes pontos:

- A defesa das AAEE como amplas estruturas democráticas unificadoras dos estudantes em cada escola na luta contra a sua reconversão capitalista, na luta contra a repressão e o fascismo;
- A defesa das AAEE como estruturas intervenientes no próprio conteúdo do ensino através de um trabalho cultural e ideológico;
- A defesa das AAEE como estruturas dinamizadoras da unidade, do convívio, do desporto, entre os estudantes como forma de reforçar a sua solidariedade;
- A defesa das AAEE como estruturas que estabeleçam relações de **cooperação militante** com todas as estruturas sindicais, órgãos unitários de base, Associações Culturais, etc. que lutam por uma sociedade livre de todas as formas de exploração de forma a integrar o estudo escolar com a realidade social e a luta dos trabalhadores;
- A defesa intransigente dos seguintes princípios:
 - da representatividade e da unicidade - contra o "pluralismo",
 - da democraticidade,
 - do apartidarismo e da arreligiosidade,
 - do anti-fascismo e do anti-imperialismo;
- A defesa da autonomia das AAEE face ao Estado, eleitas democraticamente (com base em Programas e Estatutos) e só revogáveis pelas massas estudantis;

142. Assim, como palavras-de-ordem gerais, para os Programas Associativos, o MES aponta as seguintes:

- POR UMA AE FORTE E LIGADA AOS ESTUDANTES!
- POR UMA AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA VIDA ASSOCIATIVA!
- CONTRA O CONTRÔLE E O SECTARISMO - UNIDADE E LUTA!
- CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA DO MEIC - UNIDADE E LUTA!
- POR UM ENSINO CRÍTICO, CIENTÍFICO E LIGADO À PRÁTICA!
- UNIR OS ESTUDANTES ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES!
- ESTUDANTES - TRABALHADORES A MESMA LUTA!
- CONSTRUIR A UNEP NA LUTA!

ED = A NOSSA CONCEPÇÃO PARA O TRABALHO FEDERATIVO

143. A concepção que temos do trabalho de base, da intervenção cultural e associativa, distancia-se de um mero trabalho de "animação ideológica" e articula-se permanentemente com os processos de luta globais. Assim:

C - A NOSSA CONCEPÇÃO PARA O TRABALHO FEDERATIVO

144. Teremos igualmente de dar o máximo de atenção ao trabalho federativo - a oposição a política do MEIC, a luta contra a reconversão capitalista se tem de assentar no trabalho de turma e curso, terá de afrontar globalmente o MEIC! Só construindo estruturas federativas fortes e funcionais o MA poderá assumir as suas responsabilidades!

145. Lutamos pela estruturação permanente das RIA's do Porto e de Lisboa - e pela construção de RIA's distritais aonde as condições de desenvolvimento do trabalho associativo já o permitam.

Lutamos pela defesa dos ENDA's como estrutura superior de decisão nesta fase do MA!

146. Lutamos pela CONSTRUÇÃO DA UNEP NA LUTA! - pela construção de uma estrutura federativa de âmbito nacional, que dirija e coordene as lutas e reivindicações dos estudantes portugueses.

A construção da UNEP continua a ser um dos objectivos fundamentais pelos quais as AAEE e todos os estudantes devem lutar.

No entanto neste sector, muitos erros se têm cometido, porque não se compreendeu que o processo de formação de uma estrutura, que coordene o Movimento Estudantil a nível nacional, deve partir da base. Isto é, as direcções envolveram-se em infrutíferas reuniões nacionais, sem que os estudantes tomassem consciência de que a UNEP só é possível de construir através da ligação activa das diversas escolas, ao longo dos importantes processos de luta que estamos a atravessar.

Assim, para construirmos a UNEP é necessário:

- dinamizar a discussão na escola sobre a importância da existência de uma estrutura inter-associativa que possa unificar e globalizar processos de luta que afectem todo o movimento associativo;
- reforçar na prática a solidariedade activa entre os estudantes das diferentes escolas;
- discutir as alternativas que se põem ao MA para a construção da UNEP.

1 - O NOSSO PROGRAMA DE LUTA PARA O SECUNDARIO

147. A batalha principal que temos pela frente no ensino secundário é a de bater politicamente a direita! A situação nas várias escolas do secundário é muito variável, no entanto, é possível apresentar um PROGRAMA que abarque as seguintes frentes de luta:

- Frente Cultural e pedagógica (desmontando o carácter de classe do ensino, politizando os problemas mais sentidos pela juventude escolarizada, incentivando experiências pedagógicas e de abertura ao meio, lutando contra todas as formas de autoritarismo na escola)
- frente democrática e anti-fascista (lutando pela participação estudantil na vida da escola, pela liberdade de expressão e de reunião, pela autonomia escolar face ao MEIC, contra a violência fascista)
- frente de luta contra a selecção de classe /lutando contra os exames, ano pedêutico, aptidão, numerus clausus, etc, e métodos selectivos de ensino) e a elitização.

148. FRENTE CULTURAL E PEDAGÓGICA - POR UMA ESCOLA CRÍTICA, ABERTA E FORMATIVA!

Partir do quotidiano e dos problemas estudantis, para reivindicar:

- um estudo ligado à prática e ao trabalho; uma formação critica, ligada à realidade social; uma autonomia pedagógica total; liberdade de movimentos e soli-

darleade entre colegas (pondo em causa o sistema de faltas, o controle de saídas e entradas para os alunos da escola, o individualismo e a competição dentro e fora das turmas)

149. FRENTE DEMOCRÁTICA E ANTI-FASCISTA - PELA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA VIDA DA ESCOLA! POR UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA DE TODOS OS SEUS HABITANTES!

A participação estudantil nos órgãos institucionais (Conselho Directivo e Conselho Pedagógico) deverá atender aos seguintes princípios básicos:

- democraticidade - participação - intervenção;

Os últimos decretos do MEIC esva a participação estudantil nos órgãos citados do seu anterior significado; eleitos apenas pela ADT, os alunos vêem-se ainda confrontados com o controleirismo burocrático do MEIC e as limitações impostas pelos professores de direita.

Em principio, os revolucionários não devem abdicar da reivindicação da eleição por sufrágio universal, da abertura das reuniões, etc, apresentando um Programa de luta consequente. Caso fosse possível eleger elementos progressistas com base na ADT, também o seria a aprovação pela mesma Assembleia duma proposta que assegurasse a democraticidade das eleições e cuja aplicação se basearia na organização dos estudantes (Executivo da ADT, Comissão Inter-Turmas, etc.)

Assim, só em casos específicos - em que não couvesse possibilidades de intervir revolucionariamente na escola sem ser através dos órgãos institucionais de administração pedagógica é que se justifica a candidatura dos revolucionários sem que estejam asseguradas as condições de democraticidade e participação.

150. FRENTE DE LUTA CONTRA A SELECÇÃO E ELITIZAÇÃO DO ENSINO - NÃO À SELECÇÃO DE CLASSE! ACESSO LIVRE À UNIVERSIDADE!

Esta é uma frente de luta importantissima na qual têm que ir amadurecendo palavras-de-ordem mais concretas que ultrapassem a recusa ideologica e que, posteriormente venham a dar um carácter de massa e um conteúdo anti-capitalista ao combate contra a selecção.

COMO ACTUAR?

151. Temos que saber encontrar tácticamente os momentos mais correctos para lançar as nossas palavras-de-ordem e sobretudo estar nos processos por mais recuados que eles se apresentem.

A partir das mais pequenas questões sentidas pelos estudantes no seu quotidiano da escola é possível uma articulação com aquelas palavras-de-ordem:

TOMEMOS UM EXEMPLO: Acerca de qualquer questão ligada à participação na vida da escola é possível fazer uma intervenção ou um comunicado ligando as coisas de uma forma simples e compreensível.

"Se não pudermos pronunciarmo-nos sobre o que se passa no Liceu, se não pudermos discutir nas turmas os assuntos que nos dizem respeito; se somos marginalizados das decisões respeitantes à escola, como é que podemos conseguir:

NA TURMA - relações não hierárquicas entre professor e aluno?
- um espírito de trabalho colectivo baseado na cooperação e não na competição?

NA ESCOLA- A Resolução democrática (e não administrativa) dos problemas disciplinares?

A estimulação da capacidade de intervenção crítica e criada do jovem, e conseqüentemente, o fim da oposição entre os que têm por função mandar e a maioria que tem por função obedecer?

152. Temos que saber lançar Plataformas pontuais ou mesmo de trabalho permanente com todas as forças fora do campo da direita - desde sectores da JS a UEDP/UJCR! O sectarismo é uma poderossíssima arma ao serviço da tática da JSD e dos fascistas! A melhor forma de o combater é tomarmos decisivamente a iniciativa de, sem perder a autonomia, propormos a unidade às outras forças políticas naquilo em que a unidade é possível!

153. Assim temos de lutar para que nas eleições associativas para o secundário, mesmo que com reduzidas hipóteses de vitória, esteja sempre presente uma forte alternativa anti-fascista!

A sua composição e Programa específicos poderão variar bastante, no entanto o conteúdo dessa intervenção é bem preciso - UNIDADE PARA BATER A DIREITA E IMPÔR UMA PRÁTICA DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA A TODOS OS NÍVEIS DA ESCOLA.

V^o CD - A NOSSA TACTICA PARA O TRABALHO CULTURAL

Como dissemos há que lançar um profundo trabalho cultural, ideológico de base, com um carácter e uma linguagem de "massas". Isso é um trabalho quotidiano e não um somatório desta ou daquela realização. Daí a necessidade de um Programa completo para este tipo de intervenção.

CONTEÚDOS DE LUTA	FORMAS DE LUTA
154. Denúncia de todas as manifestações do fascismo renascente quer dentro das escolas (regresso dos saneados, organização dos grupos nazis, etc.) quer ao nível da sociedade (bombardeiros, partidos fascistas, renascimento do fascismo nas FFAA, etc.)	- Abaixo-assinados - Moções - Jornais Murais
155. Divulgação e apoio às lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista, assim como contra a recuperação capitalista da economia.	- Divulgação da imprensa sindical nas escolas; - Divulgação das negociações dos COT's; - Apoio (com recolhas de fundos) a greves; - Colóquios.

-
156. Denúncia da política agrária do governo
- Jornadas de Apoio à Reforma Agrária;
 - Colóquios
-
157. Denúncia da venda do nosso país ao imperialismo e das formas de ingerência imperialista em Portugal; desmistificação da ideologia imperialista que tenta inculcar na juventude os seus valores.
- Jornadas internacionais e anti-imperialistas;
 - Filmes;
 - Colóquios;
 - Jornais Muzais.
-
158. Luta contra o quotidiano autoritário que o MEIC e as forças da direita pretendem impôr através da intensificação dos ritmos de estudo, através da rentabilização do "canudo" (aulas - marranço - aulas - marranço - exames) através do individualismo e da competição, através do parlamentarismo, apelando de ano a ano, aos estudantes à sua "participação" na vida da escola, pelo voto "consciente".
- Quebrar o isolamento de cada escola face às outras: divulgando processos de luta contra o MEIC etc.
-

A LUTA CONTRA A DIREITA NESTE CAMPO DESENVOLVE-SE DO SEGUINTE MODO:

-
160. Pela afirmação da participação e controle estudantil sobre o ensino e as questões pedagógicas em relação estreita com o estudo consciente e crítico e virado para a vida e luta do povo trabalhador, tendo por base a realidade concreta da sociedade que nos rodeia, dando igualmente desta forma, combate às posições sindicalistas-reformistas (da UEG e UEDP/UJCR) que baseiam a sua actuação na formulação reivindicativo.
- Colóquios ligados aos temas de estudo;
 - Publicações de textos, trabalhos, revistas;
 - Filmes ligados ao estudo;
 - Jornais de curso;
 - Críticas orais à matéria;
 - Abordar as questões pedagógicas, nomeadamente a selecção, faltas, qualidade de ensino, etc.
-
161. Pelo reforço do trabalho colectivo e de iniciativas que contribuam para enriquecer a aprendizagem nos moldes definidos.
- idem
-
162. Pela organização de base nas turmas e nos cursos, única forma de preservar uma verdadeira democracia, de garantir a unidade na luta contra as medidas prepotentes e selectivas utilizadas pelos que (estudantes ou professores) apoiam a política reaccionária do MEIC e de dar combate eficaz (com alternativas) ao parlamentarismo agora "condensado" nas AR's.
- Articulação deste trabalho com os elementos revolucionários nas AR's;
 - Tomadas de posição a toda a escola sobre os problemas que surgem em cada curso;
 - avançar na coordenação progressiva das estruturas de base.
-

163. Pelo correcto preenchimento dos tempos livres através de iniciativas que dentro ou fora da escola se façam de uma forma sã e produtiva e de baixo de um espírito progressista e que consiga erguer uma barreira à "descompressão" canalizada para a corrupção ou o burguismo pela força dos valores e instrumentos burgueses.

O quotidiano repressivo que o MEIC e as forças da direita pretendem impôr passa por intensificar o isolamento da escola face à sociedade que nos rodeia, e fundamentalmente face à classe operária - a vanguarda na luta pela Revolução Socialista. Portanto há que derrotar a direita também neste terreno através de:

- Sessões culturais (dentro ou fora da escola) focando os problemas da juventude);
- Dinamização de grupos culturais (teatro, musica, cinema);
- Deslocações colectivas à praia, cinemas, teatro, com introdução de debates específicos;
- Abertura de espaços de convívio.

164. Aproveitamento do conteúdo do ensino que é dado em cada escola ou curso para elaboração de trabalhos, feitura de colóquios, etc, de forma a permitir introduzir temas directamente respeitantes à vida e à luta dos trabalhadores na própria aprendizagem, assim como o contacto directo com as massas exploradas.

- Contactos regulares com:
 - . IRA/CRARA
 - . SAAL/Inter Bairros de Lata
 - . CACB (Comissão de Apoio às OPB's)
 - . CGTP/IN - Sindicatos (corrente revolucionária)
 - . Colectividades de Bairro

165. Dentro deste mesmo processo de aprendizagem e feitura de trabalhos que postos ao serviço das organizações de trabalhadores poderiam ser algo mais que mera verborreia saída de uma boa cabeça para adquirir determinada nota.

- Visitas de estudo orientadas a cooperativas, fábricas em auto-gestão, bairros de lata.

Possibilitar uma informação mais objectiva sobre os reais problemas dos trabalhadores.

166. Organização de iniciativas de trabalho cultural conjunto com as colectividades ou outras organizações afins populares, como forma de também fora da escola os estudantes participarem no combate à ideologia dominante.

- campanhas contra o filme burguês e reaccionário (por exemplo)

167. Instrumentos globais que não se circunscrevem de forma específica aos Pontos da Plataforma de Intervenção:

- Dinamização para a formação de grupos de teatro;
- " " " " " " corais;
- Manejamento de Feiras do Livro ou Cooperativas livrarias e Culturais tendo em conta a Armada - Critica;
- Abordagem do ponto do desporto estudantil;
- Divulgação da imprensa associativa revolucionária;
- Elaborar um estudo aprofundado sobre a necessidade de aproveitamento do Cine-Clube-Universitário de Lisboa.

C - OS INSTRUMENTOS POLÍTICO - - ORGANIZATIVOS PARA CONCRETIZAR O NOSSO PROGRAMA

168. Para levar por diante os nossos objectivos não basta definir um PROGRAMA por mais correcto e adequado à prática que ele se apresente. Sem instrumentos político-organizativos que o materializem nem um único ponto seria concretizado.

Quais são estes instrumentos?

Existem quatro tipo de instrumentos, correspondentes a outros tantos tipos de trabalho:

- instrumentos partidários - que já analisámos no ponto A desta V Parte e que são as células e os Núcleos de Simpatizantes a criar;
- instrumentos democráticos - que são as comissões de turma, de curso, as AAEE para as quais também já definimos uma linha de actuação;
- instrumentos de frente e uma política de alianças - São estes últimos que passaremos agora a analisar.

A - OS INSTRUMENTOS DE FRENTE

169. A experiência anterior mostra-nos, nomeadamente a dos GDUP's escolares, que não existem condições nas escolas para formar estruturas políticas de frente em unidade com outras forças políticas. Existem sim excelentes condições para lançar trabalho com elementos revolucionários sem partido - uma intervenção que não é de "alianças" ou de "unidade" - já que não é feita com nenhuma organização política - mas que poderíamos caracterizar como trabalho de "orla" partidária.

Como é óbvio o lançamento destas estruturas (MES + independentes revolucionários) far-se-á nos dois terrenos principais do nosso Programa imediato - no reforço do trabalho associativa - LANÇANDO A CORRENTE REVOLUCIONÁRIA DO MA; no trabalho de base cultural e ideológico - LANÇANDO ESTRUTURAS REVOLUCIONÁRIAS DE INTERVENÇÃO CULTURAL.

- A CORRENTE REVOLUCIONÁRIA DO MA -

170. A corrente revolucionária do MA é a organização interna das AAEE que seguem a nossa linha revolucionária na base do seguinte Programa Político:

Um Programa baseado em cinco pontos:

- anti-fascismo, anti-imperialismo e anti-capitalismo;
- combate à direita no terreno ideológico - por um forte trabalho cultural e ideológico que ligue as questões da escola, ao quotidiano estudiantil e às questões políticas globais;

VÓZ
eDÉD

- defesa da democracia e do apartidarismo - contra o sectarismo e o controle -
- unidade e luta!
- pela unificação dos combates estudantis com a luta dos trabalhadores;
- contra a política direitista e anti-democrática do MEIC.

171. Qual a Plataforma concreta de intervenção?

UMA PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO BASEADA EM 10 PONTOS:

- Intervenção conjunta nos ENDA's, RIA's, COMORG, etc, e em geral no trabalho associativo e no processo de construção da UNEP;
 - Intervenção conjunta nos processos de luta concretos contra a política do MEIC;
 - Intercâmbio da documentação produzida pelas respectivas DAAEE;
 - Serviço de bancas em cada AE onde se venderiam as publicações produzidas pelas outras AAEE, numa base financeira a estabelecer;
 - Solidariedade e apoio a todas as DDAEE e listas concorrendo na base deste Programa;
 - Solidariedade e apoio a todas as forças progressistas intervenientes no MA sempre que isso vise a derrota do inimigo principal - a direita, agora organizada em torno da JSD;
 - Lançamento de iniciativas conjuntas nomeadamente:
 - campanhas em torno de temas específicos;
 - comemorações de datas específicas;
 - Relançamento de datas significativas da luta estudantil em Portugal - o "DIA DO ESTUDANTE" e a "TOMADA DA BASTILHA" retomando velhas tradições da solidariedade estudantil;
 - Feitura de um rol de instrumentos de intervenção cultural existentes - filmes, grupos de teatro, coros, cooperativas livres e colocação à disposição das respectivas AAEE;
 - Lançamento de um jornal quinzenal da juventude assente ideológica, técnica e materialmente nestas DDAEE.
- AS ESTRUTURAS REVOLUCIONÁRIAS DE INTERVENÇÃO CULTURAL -

172. Os militantes do MES desenvolverão sempre um trabalho prioritário nas estruturas democráticas. É no reforço do MA que está a base séria da construção duma forte barreira à reconversão capitalista das escolas.

Mas, sempre que essas estruturas sejam hegemónicas pela direita, ou pelos revisionistas e, não nos dêem condições de trabalho, devemos criar as ESTRUTURAS REVOLUCIONÁRIAS DE INTERVENÇÃO CULTURAL, que sejam o suporte da nossa intervenção.

Caso contrário, a criação dessas estruturas deverá sempre estar virada para o reforço das próprias estruturas democráticas.

173. O seu Programa Político é o mesmo que o Programa apresentado para a Corrente. No Secundário a importância destas estruturas é obviamente muito maior e o Programa tenderá a ser mais amplo!

174. Da análise que vimos fazendo (nomeadamente Relação de Forças e forças políticas nas escolas) retira-se que a Relação de forças com a consequente definição dos inimigos, dos adversários e dos aliados, é variável. Varia consoante o grau de ensino, varia entre os processos globais de confronto ao MEIC e o trabalho ideológico-cultural de base. É assim que uma dada força pode aparecer como aliado no secundário e inimigo (secundário) no superior, ou colocar-se como aliado nos processos globais para ser um adversário no trabalho ideológico-cultural.

175. Não querendo cair em análises estáticas e mecânicas, necessário se torna, no entanto, colocar o mais correctamente possível as diferentes forças que jogam um papel importante nas escolas:

- O inimigo principal nas escolas - é o MEIC com a sua política de reconversão capitalista e os seus mais fiéis agentes nas escolas - o PPD e o CDS, por um lado, e os bandos fascistas por outro;
- a JS Apresenta-se como inimigo secundário - que aparece como uma força "intermedia" muitas vezes como um agente "envergonhado" da política do MEIC, com o qual em algumas situações, ainda é possível traçar alianças contra o inimigo principal;
- Os revisionistas da UEC apresentam-se alternadamente como inimigos (secundários), adversários e aliados - já que muitas vezes (nomeadamente no secundário a força da direita faz da UEC um aliado imprescindível, mas os processos de luta mais abertos fazem-se CONTRA A UEC e a sua linha política de conciliação e pactuação permanentes;
- A UEDP/UJCR aparece ora como adversário principal ora como aliado - como o provam a análise dos recentes processos de luta e das divergências da tática e da prática no trabalho de escola.

176. Assim, a nossa política de alianças é clara! É uma política de compromissos pontuais! (eleições para as AAEE, processos de luta...) definindo em cada situação "com quem vamos".

Estremos com a UEC, e mesmo com a JS sempre que a batalha for a de derrotar a direita fascista e reaccionária.

Teremos como aliado preferencial a UEDP/UJCR, nomeadamente na oposição ao projecto de Cardia!

Não definimos pois, qualquer aliança global ou permanente com qualquer força política.